

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNIRIO  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

**Rosimere Mendes Cabral**

Bibliotecas de Alexandria:  
construções políticas da memória

RIO DE JANEIRO  
2010

Rosimere Mendes Cabral

Bibliotecas de Alexandria:  
construções políticas da memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josaida Gondar

Rio de Janeiro

2010

C117

Cabral, Rosimere Mendes.

Bibliotecas de Alexandria : construções  
políticas da memória / Rosimere Mendes  
Cabral. - 2010.

73 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Memória Social)-  
Universidade Federal do Estado do Rio de  
Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Bibliografia: f. 69-73.

1. Bibliotecas - Alexandria (Egito), séc.  
III a.C. - VII d.C. 2. Bibliotecas -  
Alexandria (Egito), séc. XXI. I. Título.

CDD 027.032

ROSIMERE MENDES CABRAL

Bibliotecas de Alexandria:  
construções políticas da memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josaida Gondar – Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Monteiro Barbosa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me guiar e ajudar a superar as barreiras surgidas nos caminhos da vida. Aos meus pais por me darem forças para continuar a lutar por um futuro melhor e meus irmãos, principalmente, o Roni pelo auxílio na leitura e tradução de textos.

À minha orientadora Jô Gondar por acreditar e apoiar a pesquisa para esta dissertação, além do grande incentivo que me deu nos momentos de insegurança com sua delicadeza e sabedoria.

Ao meu amor e querido companheiro Eduardo Szrajbman pelo grande apoio e auxílio, sempre disposto a ajudar em todos os momentos de dificuldades, seu incentivo foi essencial para a concretização deste trabalho, sem você eu não teria realizado mais este sonho, obrigada!

Aos meus amigos pelo incentivo e compreensão dados em todo este percurso, principalmente a minha amiga-irmã-bibliotecária Adriana pela grande ajuda, apoio e carinho dados, pelas pesquisas bibliográficas e a impressão de muitos textos. Agradeço ainda à Danielle que compartilhou comigo as dificuldades do processo seletivo, sempre disposta a apoiar e dar forças nos momentos mais delicados.

A todos que acreditaram e participaram da realização deste sonho, o meu muito obrigada!

Toda biblioteca conserva a lembrança das que a precederam, e que talvez a tenham sonhado. A biblioteca ideal se situa assim na encruzilhada da arqueologia e da utopia arquitetônica, da nostalgia das memórias perdidas e das reconstruções que fazem as cinzas e a terra falar. (Christian Jacob)

## RESUMO

Apresenta um estudo histórico comparativo dos processos de formação das Bibliotecas de Alexandria da antiguidade e do mundo moderno. Analisa os projetos que envolvem as duas bibliotecas, a partir de um olhar crítico que visa compreender as implicações éticas e políticas que estão no cerne de suas criações. Aborda como a construção política da memória é utilizada por governantes como instrumento de poder e dominação cultural, lingüística e econômica. Analisa o esforço empreendido na busca pelo fortalecimento da cultura e tradição egípcias como forma de reforçar as questões relativas à memória nacional. Debate a importância do projeto da Biblioteca Alexandrina enfatizando seu propósito político: facilitar a projeção e a influência do Egito no Oriente Médio e mobilizar os passados míticos para legitimar sua política interna.

Palavras-chave: Memória Social. Biblioteca Alexandrina. Biblioteca de Alexandria. Projeto político. Egito.

## **ABSTRACT**

It presents a comparative historical study on the formation process of the ancient and modern Libraries of Alexandria. It analyses the projects surrounding both libraries from an argumentative view which intends to comprehend the political and ethical implications that are in the heart of its creations. It addresses how memory's political framing is used by regents as an instrument of power and cultural, linguistics and economical domination. It analyses the effort undertaken in the pursuit for the strengthening of Egyptian culture and traditions as a way to reinforce the issues related to the national memory. It debates the importance of the Bibliotheca Alexandrina's project emphasizing its political purpose: to facilitate Egypt's projection and influence on the Middle East and to mobilize mythical pasts to legitimate its domestic policy.

Keywords: Social Memory. Bibliotheca Alexandrina, Library of Alexandria. Political project. Egypt.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Alexandria ptolemaica .....	15
Mapa 2 – Alexandria na Antiguidade.....	24
Fotografia 1 – Muro com hieróglifos egípcios .....	40
Fotografia 2 – Vista externa da Biblioteca Alexandrina .....	41
Fotografia 3 – Vista interna da Biblioteca Alexandrina .....	42
Fotografia 4 – Biblioteca para jovens da Biblioteca Alexandrina .....	43
Fotografia 5 – Biblioteca infantil da Biblioteca Alexandrina .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	Anglo American Cataloging Rules - Second Edition
CD	Compact Disc
CD-ROM	Compact Disc Read Only Memory
CDD	Classificação Decimal de Dewey
DVD	Digital Vídeo Disc
MARC21	Machine-Readable Cataloging Format 21
ONU	Organização das Nações Unidas
OPACs	On-line Public Access Catalogs
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VTLS	Virginia Tech Library System

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
2	<b>A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NA ANTIGUIDADE</b> .....	13
2.1	<b>Fundação e origem</b> .....	13
2.2	<b>Localização</b> .....	24
2.3	<b>Declínio e destruição</b> .....	25
2.4	<b>O papel político da Biblioteca de Alexandria</b> .....	28
3	<b>A NOVA BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA</b> .....	36
3.1	<b>O renascimento alexandrino</b> .....	37
3.2	<b>O projeto da Biblioteca Alexandrina</b> .....	38
3.2.1	<i>Origem e objetivos</i> .....	38
3.2.2	<i>Arquitetura, estrutura e acervo</i> .....	40
3.3	<b>O papel político da Biblioteca Alexandrina</b> .....	51
3.3.1	<i>Memória e esquecimento</i>	54
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	66
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	69

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da dissertação aqui apresentada surgiu a partir de leituras feitas sobre os vestígios da famosa Biblioteca de Alexandria e da idealização de seus criadores em transformá-la numa biblioteca universal. Tais leituras levaram a um fascínio pela sua história que indicaram assim os caminhos de estudo que estão sendo trilhados para compor esta dissertação. A história da antiga biblioteca está envolta em mitos e lendas que até hoje povoam o imaginário de historiadores e pesquisadores de diversas partes do mundo, pois apesar de sua importância na antiguidade, apenas alguns vestígios chegaram às gerações seguintes.

A Biblioteca de Alexandria surgiu da idealização do grande conquistador Alexandre Magno, como parte do seu projeto de conquista que chegou ao Oriente e a Ásia, tendo como política de controle das regiões conquistadas a manutenção da administração a que elas estavam habituadas e o processo de “civilização” dos bárbaros por meio de casamentos mistos com os gregos<sup>1</sup>. Alexandre Magno, após a fundação da cidade de Alexandria, pretendia transformá-la num centro de saber, cultura, política e economia que, com a ajuda de seus sucessores imediatos, tornou-se por mais de novecentos anos o epicentro do pensamento grego e romano (LÉVÊQUE, 1987, p. 13).

A idéia da construção de uma grande biblioteca como centro de referência mundial, próxima ao local onde provavelmente existiu a famosa Biblioteca de Alexandria, foi retomada pelo governo do Egito com o apoio da UNESCO, assim como de diversos países e personalidades que enviaram livros para a sua formação. A Biblioteca Alexandrina, como é conhecida a atual, foi inaugurada em fins de 2001, num importante momento histórico – os atentados terroristas ocorridos nos EUA – e está envolta, assim como a antiga biblioteca, em um projeto repleto de implicações éticas e políticas.

A partir dessas implicações, pretende-se apresentar uma discussão sobre o papel político, o poder e a construção política da memória nos quais ambas as bibliotecas estão envolvidas.

---

<sup>1</sup> O modelo de conquista engendrado por Alexandre foi o da *polis* grega, inicialmente usando os casamentos mistos para solucionar a clivagem étnica. Posteriormente, seus sucessores a transformaram numa clivagem econômica na qual a helenização permitiu maior união entre a aristocracia.

Ao se afirmar que as duas bibliotecas teriam uma função política, estabeleceu-se entre elas uma comparação a partir de uma semelhança: o uso político do conhecimento que cada uma delas guarda, disponibiliza e veicula. É esta a proposta metodológica desta pesquisa: realizar um estudo histórico comparativo entre as duas bibliotecas. Contudo, uma comparação é um modo de refletir que não deve levar em conta apenas as semelhanças, mas também as diferenças. Mesmo que as duas bibliotecas sirvam a propósitos políticos, cada uma delas é fruto de um processo histórico particular, e é preciso se ter o cuidado de não transpor elementos de um contexto histórico para outro. Assim, busca-se comparar não só para focar uma mesma questão em ambas – os interesses políticos a elas articulados – mas também para relativizar e matizar os modos pelos quais esses interesses se desenham nas distintas situações.

Neste sentido, será apresentado um estudo histórico-comparativo tal como este é proposto por Maria Ciavatta Franco: uma reflexão que percebe semelhanças e diferenças entre duas circunstâncias e que utiliza a reconstrução histórica para preservar a singularidade de cada uma delas. Nesta perspectiva, a investigação sobre a Biblioteca de Alexandria será baseada na leitura de livros de História Antiga do período helenístico e de obras que inserem a Biblioteca em seu contexto histórico. Para analisar as questões que envolvem a antiga Biblioteca de Alexandria sob um viés político serão usadas, principalmente, as idéias de Pierre Lévêque, Luciano Canfora, Gérard Namer e, em especial, o trabalho de Christian Jacob, pesquisador da história intelectual do mundo helenístico e, mais particularmente, da cultura alexandrina.

A apresentação do projeto da nova biblioteca apresenta mais dificuldades. Trata-se de um assunto muito recente que não foi ainda tematizado em livros e artigos e, por este motivo, a pesquisa sobre a fundação e o funcionamento da Biblioteca Alexandrina foi realizada de maneira mais fragmentária, através de *sites* da internet. Desse modo a dissertação pretende contribuir, ao menos pela reunião do material, para a configuração de um novo objeto de discussão para a biblioteconomia e para a memória social. Além da apresentação do projeto da nova biblioteca, realiza-se também uma análise dos interesses políticos que permeiam sua construção, tendo como base o pensamento de teóricos que discutem o valor político da memória nas sociedades contemporâneas, em especial o de Stuart Hall e o de Andreas Huyssen. A partir de Huyssen será também apresentada a discussão

sobre o lugar da memória no mundo atual, e o modo pelo qual a Biblioteca Alexandrina participa da criação e manutenção desse lugar.

Em suma, a dissertação apresenta uma reflexão comparada acerca do papel político e da construção política da memória ligada às duas bibliotecas.

A dissertação tem como objetivos:

- Discutir a importância do papel político da Biblioteca Alexandrina na constituição da sociedade egípcia contemporânea como um todo, cultural, política e economicamente, a partir das relações de poder que estão no cerne da sua criação e manutenção;
- Analisar comparativamente as funções das Bibliotecas de Alexandria, sob o prisma da Memória Social no que concerne às implicações éticas e políticas que as envolvem;
- Analisar a construção da Biblioteca de Alexandria como parte de um projeto político que visava a expansão da cultura grega, num processo de construção política da memória ou, em outros termos, num processo no qual a memória se torna instrumento de poder.

A dissertação descrita consiste em duas grandes partes, a saber: as bibliotecas de Alexandria na antiguidade e na atualidade. A primeira parte compreende a fundação, a origem e a decadência da cidade e da biblioteca. Nesta parte é analisado o papel político da Biblioteca de Alexandria no mundo helenístico.

A segunda parte consiste na apresentação da biblioteca atual, sua origem e análise do seu projeto sob um olhar crítico, com destaque para as questões políticas que envolvem sua criação e manutenção.

A presente pesquisa realiza um estudo interdisciplinar na área de memória social, através do olhar crítico voltado para as histórias das Bibliotecas de Alexandria. Ela se apresenta, por um lado, como contribuição aos estudos já realizados por pesquisadores sobre o tema aqui proposto; por outro, como um novo delineamento - acerca da Biblioteca Alexandrina - que pretende contribuir com os debates sobre o tema. A intenção geral da dissertação é a de destacar a dimensão política da construção da memória social, mostrando a forma pela qual, nessas bibliotecas, as pretensões ao saber e ao poder se entrecruzam.

## 2 A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA NA ANTIGUIDADE

Para se entender o projeto político de construção das duas Bibliotecas de Alexandria é preciso reconstruir historicamente a criação de cada uma delas. Pois ainda que ambas possuam uma identidade geográfica, sua realidade histórica, social e cultural é bastante diversa. Nesta seção será apresentado o surgimento da cidade e a criação da Biblioteca de Alexandria a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que as envolve.

Alexandria foi fundada por Alexandre Magno em aproximadamente 332 a.C. (sendo considerado pelo povo um libertador do jugo persa que os dominava), como parte de seu projeto de formação de um império universal. Idealizou uma grande cidade que se tornou a mais importante do império helenístico<sup>2</sup> e seus sucessores continuaram seu projeto ao construírem um grande centro de saber.

### 2.1 Fundação e origem

Alexandre Magno (336-323) nasceu da união de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística, tendo como antepassados míticos, por parte de pai, Zeus e Heracles, Aquiles e Príamo por parte de mãe. O sangue de grandes heróis dos quais acreditava descender parecia estar em suas veias, e apaixonado pelas tradições místicas consulta o oráculo de Amon em Siwah, recebendo dos deuses a resposta que tanto almejava: é proclamado filho de Amon, que lhe promete o império universal. Alexandre sente-se o próprio deus após a proclamação, o que o faz comportar-se como um super-homem. Ao mesmo tempo, seguia os ensinamentos de Aristóteles, adquirindo a cultura helênica através da leitura de Píndaro, Heródoto e Eurípides. Segundo seu mestre, Aristóteles, Alexandre acreditava que a moderação está na base das monarquias e herda dos seus pais a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, assim como os acessos de cólera e o entusiasmo também vistos em outros Eácidas (da família Molossos a que sua mãe fazia parte), (LÉVÊQUE, 1987, p. 9-11).

---

<sup>2</sup> O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.

Filipe morre em 336, apunhalado por Pausânias, época em que Alexandre tinha apenas 20 anos e por ser o primogênito, é proclamado rei pelo exército. Seus ideais de conquistar e civilizar o mundo são então colocados em prática por meio de grandes batalhas, chegando a conquistar terras muito longínquas como o Oriente e a Ásia,

[...] Alexandre anima o exército com o seu ardor enquanto o dirige com a ciência do estrategista mais seguro. De resto, este intrépido cavaleiro, este temível manejador de homens, este capitão grande entre os maiores, mostra-se o mais genial dos organizadores (LÉVÊQUE, 1987, p. 13).

O controle das cidades conquistadas é conseguido com a manutenção da administração às quais estavam habituadas:

assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela está habituada. Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. E como conseguir melhor esta fusão senão multiplicando os casamentos mistos? O rei dá o exemplo: casa com Roxana, filha de um nobre de Sogdiana, depois com três princesas persas. Num só dia, no regresso da Índia, a maior parte dos seus generais e 10000 soldados unem-se com indígenas numa esplêndida cerimônia (as bodas de Susa). Paralelamente, manda educar à maneira grega 30000 crianças iranianas (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

Com essas atitudes Alexandre mantém o poder e o controle das cidades conquistadas e expande a cultura grega por vastas regiões, mas somente Alexandria atinge a glória como uma das mais belas cidades do mundo.

As estratégias usadas pelo conquistador para expansão da cultura grega demonstram sua habilidade política para com os povos dominados e as imensas regiões conquistadas. Ao promover os casamentos entre povos distintos, permitia uma fusão cultural e lingüística entre os mesmos, atingindo assim seus planos de dominação através da clivagem étnica e cultural.

Segundo Flower, Alexandre Magno chega ao Egito cerca de 332 a.C., sendo acolhido pela população como um salvador que a estava libertando do odiado jugo persa: “O rei persa Ataxerxes III Oco (da XXXI dinastia) reconquistou o Egito em 343 a.C. e reinou por meio de um governador até a chegada de Alexandre Magno, em 332 a.C.” (FLOWER, 2002, p. 11). Devido às muitas lutas pelo poder e invasão de persas e assírias, o reino foi reduzido a uma província do império aquemênida.



corpo foi enterrado por seu sucessor Ptolomeu I Sóter em uma magnífica tumba conhecida como Soma, segundo relato de Flower (2002, p. 15).

Mas se Alexandre da Macedônia foi o fundador efetivo de uma cidade que se tornaria o epicentro do pensamento grego e romano dos novecentos anos seguintes, temos de agradecer também a seus sucessores imediatos, os três primeiros ptolomeus, pela criação de seu singular centro de saber (FLOWER, 2002, p. 16).

Para Lévêque (1979, p. 39), a cidade era uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico. Um lugar onde conviviam povos distintos como gregos, egípcios, sírios e judeus, uma verdadeira miscelânea de povos, culturas, costumes. Tal variedade permitia uma valiosa efervescência que seria habilmente utilizada como uma estratégia de aculturação lingüística e cultural, como veremos adiante.

Após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., o vasto império foi dividido entre seus generais e o Egito coube a Ptolomeu I (filho de um obscuro comandante de guarnição macedônio chamado Lagos) que só se proclamou rei dezesseis anos depois, fundando a dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois (FLOWER, 2002, p. 17). Ptolomeu I era um homem de letras e, ligado a tudo referente ao intelecto, procurou se rodear de conselheiros inteligentes. Um desses sugeriu pela primeira vez a criação de uma biblioteca real, sendo a sugestão aprovada pelo rei com todos os recursos possíveis (FLOWER, 2002, p. 19).

O sucessor de Ptolomeu I Sóter foi Ptolomeu II Filadelfo, que se casou com sua irmã Arsinoé II. A seu respeito, Flower (2002, p. 21) narra o seguinte:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papíros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum.

Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais e seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto Serapeum), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por

pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal.

Assim como seu pai e avô, Ptolomeu II Filadelfo era também um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, adquirindo carregamentos inteiros de livros e gastando grandes fortunas com códices e papiros raros. Após seu reinado, a tranqüilidade vivida dentro do Museu e da Biblioteca chegou ao fim com os sucessores de Ptolomeu que, devido aos casamentos entre primos e irmãos, foram vitimados pela degenerescência e ataques de loucura. Esses sucessores demonstraram hostilidade com o grande centro de saber e cultura (FLOWER, 2002, p. 22).

Para uma melhor compreensão do significado da reunião desses milhares de rolos de papiros buscou-se o conceito de documento que é discutido por Dodebei através de atributos a ele relacionados, como formação e suporte físico. Esses atributos, no entanto, não são suficientes para distinguir documento de objeto. Dessa forma a autora busca outros atributos, como prova ou testemunho de uma ação cultural, o que levará ao complexo conceito de memória social. Considera-se a memória como a “manutenção de qualquer recorte de ações vividas por uma sociedade” (DODEBEI, 2001, p. 60), levando assim ao congelamento das ações escolhidas com o intuito de promover a preservação daquele momento social. A escolha dessas ações representa a sua duplicação em móvel e imóvel, implicando então na noção de representação e, conseqüentemente, de memória.

Para Dodebei (2001, p. 60) a “memória social é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva”. Há, portanto, duas formas de representação para melhor compreensão: pela reprodução, como “duplicação de textos, sons e imagens”, e por “isolamento de um objeto”, no caso de um único exemplar. O conceito de documento pode ser compreendido como um “constructo”, reunindo três proposições: unicidade, virtualidade e significação. No primeiro, unicidade, entendemos que os documentos como “objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência”, visto não se reunirem em categorias específicas.

A segunda, virtualidade, leva a uma classificação do objeto, pois a “atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva” (DODEBEI, 2001, p. 64). Significação, a terceira das proposições,

indica que a transformação dos objetos usados no cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em categoria de tempo e circunstância.

A partir dessas proposições, é possível afirmar que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (DODEBEI, 2001, p. 64).

Em Alexandria tal memória foi formada através dos documentos reunidos na biblioteca, visto que estes representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que indicavam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em todas as línguas, afirmando assim a primazia sobre outros povos e o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Tal processo de acumulação dos escritos, nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Assim, o acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes das bibliotecas, possibilitaram seu crescimento, fortaleceram o domínio cultural e lingüístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem os documentos-monumentos durante séculos de existência das bibliotecas.

Retomando o histórico do centro de saber, encontra-se Demétrio Falereu que foi o grande influenciador de Ptolomeu I Sóter na formação e construção da primeira grande biblioteca, tendo chegado em Alexandria na primavera de 304 a.C., com pouco mais de quarenta anos. Demétrio nasceu numa família rica e influente, recebeu a melhor educação e estudou no Liceu de Aristóteles, convivendo com grandes filósofos, poetas e oradores de seu tempo,

Demétrio tinha sido um dos grandes jovens mais poderosos e bem sucedidos do mundo grego, e poucos de seus contemporâneos conseguiram igualar sua fama como orador, poeta e filósofo ou rivalizar seu poder como senhor absoluto de Atenas, que ele governara desde a idade de vinte e oito anos em nome de Cassandro, outro general de Alexandre, que se tornara soberano da Macedônia (FLOWER, 2002, p. 23).

No entanto, Poliorceta deu um golpe de Estado e Demétrio foi obrigado a fugir. Sua formação teria influenciado a sugestão que dera ao rei

[...] um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de pesquisa internacional. Abrigado ao recinto real, o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei. Mas rapidamente, à medida que o número de rolos e códices cresceu e que sábios locais e estrangeiros eram convidados a estudar ali, o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...] (FLOWER, 2002, p. 25).

Algumas lendas mostram que Demétrio sugeriu a Ptolomeu I que reunisse livros sobre a realeza e o exercício do poder para seu próprio uso. Demétrio recebeu o consentimento do rei e o persuadiu a montar uma biblioteca com cópias de todas as obras importantes já escritas, um projeto ambicioso envolvendo a compra ou cópia de quatrocentos a quinhentos mil pergaminhos (FLOWER, 2002, p. 25-26).

Para a realização deste projeto, Ptolomeu enviou emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou mesmo surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos. Outro método utilizado foi a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, procurando manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para posterior cópia, e muitas vezes sequer eram devolvidos.

Segundo Jacob (2000, p. 45), a biblioteca então formada era um depósito de livros, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam, e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas.

Demétrio intrometeu-se na sucessão real e acabou banido por Ptolomeu II Filadelfo quando este soube que Demétrio havia aconselhado seu pai a colocar o primogênito como sucessor. Demétrio morreu de uma picada de cobra quando fazia sua sesta; é provável que tenha morrido envenenado por ordens do faraó (FLOWER, 2002, p. 26-27). Mas se Demétrio foi o idealizador da Biblioteca de Alexandria, outro nome passou à história como seu grande organizador: Calímaco. É o que conta Flower (2002, p. 50):

Por volta de 270 a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, entrou em cena um poeta e gramático cujo nome seria ligado mais do que qualquer outro – exceto Demétrio Falereu – à grande biblioteca. Calímaco nasceu por volta de 305 a.C. em Cirene, a outra grande colônia grega.

Calímaco conseguiu um emprego na biblioteca devido a sua inteligência e sabedoria, pois recebera excelente educação por ser filho da nobreza. No entanto, quando sua família perdeu a fortuna, passou a ganhar a vida dando aulas num subúrbio de Alexandria; logo ficou conhecido no palácio e então convidado a trabalhar na biblioteca. Grande bajulador que era, escreveu poemas ao faraó, como Hino a Zeus e Délio, sendo nomeado poeta oficial da corte. Recebeu nomeações para tutor do herdeiro do trono e bibliotecário-chefe, mas possivelmente por achar que atrapalhariam seu trabalho recusou os cargos (FLOWER, 2002, p. 51).

Calímaco tentou uma classificação geral do acervo, os *Catálogos*, que eram divididos em gêneros e atendiam a todos os setores da biblioteca. O enorme catálogo era tão extenso que ocupava sozinho uns cento e vinte rolos, *Catálogo dos autores que brilharam em cada disciplina* e dá uma idéia da ordenação dos rolos. Esse catálogo não representava um guia da biblioteca, pois apenas os que a utilizavam com freqüência conseguiam entendê-lo, mas sim uma seleção do catálogo completo; nem mesmo representava todo o acervo, uma vez que foi usado como critério incluir apenas os autores que mais se destacaram nos diversos gêneros, em categorias, tais como épicos, trágicos, cômicos, historiadores, médicos, retóricos, leis, miscelâneas, em seis seções para a poesia e cinco para a prosa (CANFORA, 2001, p. 41).

A maior contribuição de Calímaco para a biblioteca foi a catalogação de toda a coleção de papiros e códices, estimada em quinhentos mil, utilizando Pinakes (lâminas). A respeito destas lâminas, Flower (2002, p. 52) oferece mais detalhes:

Essas eram uma série de 120 livros nos quais as obras eram analisadas e listadas cronologicamente por “palavras-chave” e “autor”. De acordo com o Suidas, léxico do século 10, Calímaco compôs lâminas “sobre os homens eminentes em todos os campos do conhecimento e sobre o que escreveram”. Um efeito digno de Sísifo, e se a ele adicionarmos as 880 obras que se considera que escreveu, temos uma idéia da voracidade por trabalho que ele devia ter.

Homens de confiança eram escolhidos pelos reis para cuidar da biblioteca, trabalho este que consistia em classificar, dividir em livros, copiar, anotar, acrescentar comentários às obras, contribuindo assim para o aumento incessante do acervo. Eram os chamados bibliotecários que conheciam a biblioteca profundamente, com todas as suas estantes, corredores e milhares de rolos armazenados cuidadosamente, um trabalho que permitia o acesso tão restrito às mais diversas obras (CANFORA, 2001, p. 40).

O trabalho de reunir, ordenar e classificar as obras depositadas na biblioteca foi valorizado por Namer (1987) como um verdadeiro “quadro social da memória”, tal como o define Halbwachs: uma referência estável de tradições e conhecimentos a partir dos quais todas as novas informações se organizam. Namer destaca a importância da obra *Catálogos* enquanto uma categorização sistemática, afirmando que ela constitui uma verdadeira

mnemotécnica do corpo de bibliotecários e dos leitores. Reflexo da categorização dos livros nas prateleiras tanto como os casos da classificação dos saberes, o catálogo sistemático, *memória das memórias*, desempenha o papel de quadro social da memória tal como o define Halbwachs: uma lembrança nova se adapta às categorias antigas [...], ou seja, as categorias se modificam (se subdivide a classificação: se abre uma nova prateleira). [...] O catálogo sistemático, na medida em que representa a categorização prepara um primeiro exemplo de uma coordenação entre a memória social virtual que constitui o conjunto dos livros e a atualização dessa memória pela escolha e a leitura que o público fará.

O catálogo criado por Calímaco, apesar de representar uma parte e não todo o acervo da biblioteca, representava uma forma de organização do conhecimento armazenado em milhares de rolos que se espalhavam pelas estantes e permitia assim a localização dos mesmos. Tal trabalho leva à questão abordada por Dodebei (2001, p. 62) quando diz que:

independentemente da questão do valor, que é um atributo móvel, e portanto, não permanente, em um dado instante é necessário dar uma ordem a esses objetos que já se constituem em documentos, uma vez que estes foram selecionados para pertencer a um conjunto (*coleção*, no caso de bibliotecas e museus e *acervos orgânicos*, no caso de arquivos). Tais conjuntos vão se constituir em memória se deles pudermos obter os cruzamentos representacionais necessários à recuperação, ou seja, a possibilidade de localização e acesso à fonte primária.

A miscelânea de povos na cidade de Alexandria ao reunir num mesmo lugar gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, assim como a pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa cidade nova, mostra que os soberanos pretendiam afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). Neste sentido, a idéia da biblioteca como podendo constituir um “quadro social da memória”, segundo o que propõe Namer, poderia ser questionada, já que esse quadro social, no sentido rigoroso do termo, tem como estofos as tradições familiares, religiosas e de classe de um determinado grupo ou região. A memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: trata-se de uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas.

Essa memória artificial foi construída a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar a marginalidade geográfica através da simbologia obtida com a grandiosidade e importância do centro de saber. Não satisfeitos com suas tradições ou sua origem, os governantes inventavam uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio: eis aqui um propósito político importante na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

Ao reunir num só local todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, construiu-se numa cidade nova uma memória artificial, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas.

O terceiro bibliotecário-chefe foi Eratóstenes, que nasceu em Cirene e fora para Alexandria para estudar com Calímaco. Ele permaneceu no cargo por quarenta anos, tendo assumido em 245 a.C. com apenas trinta e um anos. Eratóstenes era poeta, filósofo, matemático, astrônomo, cientista, geógrafo, crítico literário, gramático e inventor. Por possuir todos esses dons, é considerado precursor de gênios como Leonardo da Vinci, Giovanni Pico della Mirandola e Leon Battista Alberti; sua maior contribuição foi ter descoberto uma forma válida para se medir o perímetro da Terra, o que permitiu a entrada de seu nome para a História. Eratóstenes teve um fim trágico: com mais de setenta anos perdeu a visão e teve que renunciar ao cargo de bibliotecário-chefe; dez anos depois, sem o conforto dos livros e o estímulo à pesquisa, parou de comer e morreu aos oitenta e dois anos (FLOWER, 2002, p. 66-67, 69, 70).

A movimentação na biblioteca era restrita a uma elite de sábios, pensadores, estudiosos que tinham acesso aos milhares de rolos de papiro acumulados por anos de reinado ptolemaico, numa tentativa de reunir num só lugar todo o saber registrado pelos vários povos e línguas de todo o mundo. Era um lugar de leitura, de descobertas e criação, onde os pesquisadores buscavam conhecimentos e dialogavam com autores antigos, muitas vezes reescrevendo, traduzindo ou atualizando escritos. Segundo Jacob (2000, p. 51):

[...] a “grande biblioteca” de Alexandria funda uma nova relação com o tempo e o espaço. Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da

imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

Esse processo incessante de reescrever, traduzir e produzir novos textos é representado como uma memória-saber, que nas palavras de Namer (1987) significa:

cópia, resumo, citação, formalização da reflexão sobre a memória, todas estas práticas de memória são práticas cognitivas; atualizo uma memória para recuperar um saber, um raciocínio antigo, a partir dos quais nasce minha própria reflexão. Esta prática cognitiva de memória está ligada à minha intenção de atualizar uma memória-saber.

A esse conjunto de práticas cognitivas, o autor chama de memória-diálogo, assim como o fichário ou catálogo usados para pesquisar o acervo de uma biblioteca.

Os pesquisadores que atuavam na biblioteca, sábios e eruditos, assim como os bibliotecários que lá trabalhavam, ao terem acesso aos mais variados textos já escritos, dialogando entre si e talvez ensinando a uns poucos alunos, atualizavam as memórias escritas com o intuito de recuperar um saber. Tais práticas cognitivas de resumos, citações, traduções realizadas no centro de saber eram formas de atualizar uma memória-saber.

A vasta área que abrigava as bibliotecas e o museu alexandrinos, por onde passaram inúmeros sábios e pesquisadores de várias partes do mundo, ainda é tema de debates entre os arqueólogos, conforme abordagem a seguir.

## 2.2 Localização

Não existem vestígios da antiga Biblioteca. No entanto, os arqueólogos conjecturam que não seria muito longe do porto (na região do Bruquión), pois quando César ateou fogo em 48 a.C. parte dos prédios foi destruída. É provável que se situasse onde hoje é a Universidade, próxima ao local da nova Biblioteca de Alexandria. Segundo Estrabão (historiador e geógrafo grego que descreveu com detalhes a Alexandria de sua época em aproximadamente 29 a.C.), se fizesse parte do conjunto real, teria grandes salões de mármore (construídos de acordo com o aumento de livros), cheios de estátuas, ricos tapetes e alfombras, rodeados por pátios e jardins com fontes e plantas aromáticas. Da Biblioteca Filha no Serapeum – Flower (2002, p. 116, 54-55, 57) descreve a biblioteca como uma “vasta estrutura retangular de cento e setenta por cento e setenta e sete metros, à qual foi acrescentada uma série de edifícios que abrigavam a Biblioteca Filha” - restou apenas o que, provavelmente, foi uma sala de leitura com algumas estantes.



Mapa 2: Alexandria na Antiguidade  
Fonte: Planetware, s.n.

### 2.3 Declínio e destruição

O declínio da cidade de Alexandria teve início com Ptolomeu V Epifânio (manifestação de Deus), filho de Ptolomeu Evergeta com sua irmã Arsinoé III. Este soberano subiu ao trono em 205 a.C. e lá permaneceu por vinte e quatro anos, conseguindo perder todas as áreas externas ao seu país que haviam sido conquistadas com tanta glória por seus antecessores. Devido a essas perdas, foi necessário pedir socorro a Roma, o que significou o declínio político do Egito e sua decadência como potência dominante, sendo relegada a uma posição inferior. O período da primeira metade do século II a.C. foi um dos piores da história para o reino ptolemaico, pois os irmãos Ptolomeu VI e VII lutaram pelo poder por quase sessenta anos e impulsionaram a total dependência do Egito a Roma (FLOWER, 2002, p. 89-90).

A degenerescência dos sucessores de Ptolomeu, como já foi dito anteriormente, atingiu seu ápice com Ptolomeu VIII Evergeta que se casou com sua irmã Cleópatra II e depois com sua sobrinha Cleópatra III. Ptolomeu VIII Evergeta, conhecido como Gorducho, era tão contrário à movimentação dos intelectuais gregos que freqüentavam a Biblioteca que vários deles se sentiram ameaçados e fugiram para a parte egípcia da cidade, onde ficava a Biblioteca Filha no Serapeum, e onde se sentiam menos ameaçados pelo perverso rei. A fuga de cérebros do mais célebre centro de erudição e a perda de patrocínio real enfraqueceram o pensamento e a cultura alexandrinos, que foram mantidos por alguns homens que fomentaram campos do conhecimento como Geometria, Gramática, Astronomia e Física pelos quais as escolas de Alexandria ficaram famosas (FLOWER, 2002, p. 91).

A dependência do Egito à Roma permaneceu, e por volta de 48 a.C. ocorreu um grande incêndio em Alexandria. Julio César em perseguição a Pompeu, sem saber que este estava morto, seguiu para Alexandria e ao desembarcar apresentou-se como um grande *imperator* romano deixando a população revoltada (visto que sua independência estava abalada). César conseguiu em pouco tempo conciliar os irmãos Ptolomeu XIII e Cleópatra VII que lutavam pelo trono. No entanto, a paz não durou muito e a cidade foi atacada pelo exército egípcio enviado pelo Rei que fora persuadido por Pôncio, que detestava Roma. A desvantagem de César era grande e enquanto suas tropas defendiam o palácio, ordenou que incendiassem a cidade e

assim venceu a guerra. Contudo, não só os navios queimaram em chamas, mas também os armazéns onde muitos códices e papiros estavam armazenados. O fogo se alastrou para a região do Bruquíon onde se localizavam a Biblioteca e o Museu, e grande parte desse centro cultural foi perdido. Não se sabe ao certo o tamanho do prejuízo: Sêneca (Lúcio Aneu Sêneca 4 a.C. – 65 d. C., estadista e filósofo romano) relatou quarenta mil rolos, mas Aulo Gélcio (130 – 180 d. C.) e Amiano Marcelino, historiador do século IV, relataram um total de setecentos mil rolos, o que pode ser um total absurdo. De fato o incêndio destruiu grande parte do acervo, marcando a primeira das várias catástrofes sofridas pela biblioteca alexandrina original. (FLOWER, 2002, p. 106-108).

Assim, as principais áreas de estudo e pesquisa alexandrinas foram bastante afetadas, visto que as obras de gramática e matemática foram perdidas, o que possibilitou maior espaço para a filosofia com seus estudos sobre a mente e a alma.

O reinado de César e Cleópatra VII fez reviver, apesar do grande incêndio, o antigo prestígio do centro de saber, pois a Biblioteca Filha no Serapeum não foi atingida e assim tornou-se o epicentro da ciência alexandrina. Algumas escolas como as de Matemática, Medicina e Ciências foram revigoradas pelo patrocínio real, como haviam feito os sucessores de Alexandre Magno. Uma grande obra com cerca de três mil e quinhentas críticas e apreciações de poetas gregos, baseadas em antigos escritos de estudiosos alexandrinos, foi feita pelo gramático Dídimos que usou as obras de referência restantes do grande incêndio (FLOWER, 2002, p. 108-109).

Cleópatra VII, mulher inteligente e pragmática, foi uma grande patrocinadora das artes e cultura alexandrinas e tentou resgatar a importância que a cidade tivera outrora nos reinados dos três Ptolomeu. Após a morte de César, direcionou seus encantos a Marco Antônio que lhe deu de presente boa parte das obras da famosa biblioteca de Pérgamo (capital da província romana da Ásia), ajudando assim a contrabalançar, de certa forma, as perdas causadas pelo grande incêndio. O total das obras é duvidoso: alguns relatos diziam chegar a duzentos mil rolos, mas não há prova concreta da quantidade de volumes presenteados. Cleópatra VII suicidou-se em 30 a.C. após a derrota de Marco Antônio na Batalha de Áccio, pondo fim ao reinado ptolemaico de três séculos, pois seu filho e co-governante Ptolomeu XV (Cesário) e seu meio-irmão Antilo, filho de Antônio, foram assassinados por ordens de Otávio, deixando assim o Egito como província romana. Sob o domínio romano, o

centro de saber alexandrino perdurou por mais de dois séculos, apesar da perda de rolos no incêndio e do patrocínio real de outrora (FLOWER, 2002, p. 111-113).

A Biblioteca Filha no Serapeum sofreu em 391 d.C. um grande ataque que a destruiu, interrompendo a movimentação do centro de saber alexandrino que durou quase quatro séculos. A destruição ocorreu durante o reinado de Teodósio que lutava contra o paganismo e sancionou a destruição de todos os locais de culto não-cristão. Sendo assim, o bispo Teófilo incentivou uma multidão ao dar o primeiro golpe na estátua de Serápis, e a multidão entendeu o gesto como uma indicação para saquear e destruir tudo ao redor. Acredita-se que muitos manuscritos preciosos foram levados para locais seguros no Egito ou mesmo colocados em esconderijos em Alexandria (FLOWER, 2002, p. 180-181).

O ano de 642 d.C. marcou o fim de uma era para a cidade de Alexandria, quando o Egito foi conquistado pelo general árabe Amr Ibn Al As, em nome do califa Omar (Omar Ibn Al-Khattab 581 – 644 d.C., segundo califa maometano), pondo fim aos quase nove séculos de domínio greco-romano.

Segundo relatos deixados na obra *História dos sábios* de Ibn Al-Quifti - um historiador árabe - muitos dos livros da grande biblioteca foram usados como combustível para aquecer os mais de quatro mil banhos da cidade, mas é possível que os valiosos manuscritos que foram acumulados ao longo dos séculos tenham sido guardados por Amr (homem muito inteligente e erudito), (FLOWER, 2002, p. 190-192).

O processo de decadência de Alexandria se acentuou no século XII,

[...] quando o braço canópico do Nilo foi bloqueado e o Lago Mareótis, que fornecia água doce a Alexandria, foi assoreado e isolado das outras vias navegáveis do país. Em seguida, o Heptastadium – o caminho que ligava a Ilha de Faro ao continente – foi coberto pela terra, o que eliminou boa parte do Grande Porto, enquanto imensas áreas da cidade afundaram abaixo do nível do mar (FLOWER, 2002, p. 192).

O fim para Alexandria veio após a abertura da rota para o Oriente através do Cabo da Boa Esperança, que encerrou o comércio da cidade, até que em fins do século XVIII ficou reduzido a Racótis, antigo vilarejo de pescadores da época de Alexandre Magno (FLOWER, 2002, p. 192-193).

## 2.4 O papel político da Biblioteca de Alexandria

Quando Alexandre Magno projetou a cidade de Alexandria, incluindo a biblioteca, pretendia construir uma grandiosa cidade onde pudesse, juntamente com as inúmeras conquistas que chegaram até a Ásia e Oriente, expandir a cultura grega e ainda atingir seus ideais de conquistar o mundo (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

O projeto da biblioteca visava reunir todas as obras e cópias produzidas no mundo, no sonho de criação da Biblioteca Universal, adquirindo-as através de compras de carregamentos de livros, de bibliotecas inteiras e até mesmo de roubos, projeto que seguia a idéia de dominação grega de Alexandre. As obras escritas em idiomas estrangeiros eram traduzidas para o grego, sendo muitas vezes reelaborações e compêndios que funcionavam como obras sagradas para os povos dominados. Assim, respeitando-se a religião local através da tradução de obras sagradas, seria mais fácil dominar os povos das cidades conquistadas, abrindo as portas não só das suas cidades como também de suas almas. É deste modo que Canfora (1988, p. 28) apresenta o projeto da biblioteca como instrumento de dominação:

Com as armas dos macedônios, em poucos anos os gregos tornaram-se a casta dominante em todo o mundo conhecido: da Sicília à África do Norte, da península balcânica à Ásia Menor, do Irã à Índia e ao Afeganistão, onde se detivera Alexandre. Os gregos não aprenderam a língua de seus novos súditos, mas compreenderam que, para dominá-los, era preciso entendê-los, e que para entendê-los era necessário traduzir e reunir seus livros. Assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação. Nessa obra sistemática de tradução e aquisição, coube um lugar de destaque aos livros sagrados dos povos dominados, por ser a religião, para quem pretendia governá-los, como que a porta de suas almas.

Como explica Jacob (2000, p. 45), Alexandria não era um modelo de catedrais do saber como as bibliotecas de hoje. Era, sim, uma biblioteca de Estado, mas sem público, pois sua finalidade era acumular todos os escritos da terra no palácio real, e não difundir o saber de forma a educar a sociedade.

A reunião de todo esse acervo num só lugar mostra o exercício do poder dos soberanos ao longo dos séculos de existência da biblioteca, como uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”: afinal o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos. No entendimento de Namer (1987),

Desde o início, portanto, nada distingue a biblioteca de um lugar de arquivos oficiais reservados ao poder. Essa acumulação da memória-saber criará

uma legitimação deste mesmo saber e suscitará um discurso e legitimação erudita unificador das memórias: a história. Por um lado, esta biblioteca do Príncipe servirá de meio para legitimar a memória oral e a tradição de uma política. Por outro, a acumulação mesmo das decisões guardadas em memória escrita [...] torna possível e necessária a aparição de uma história como discurso contínuo que pode ligar entre si as memórias [...].

Percebe-se assim a ligação da compreensão que Jacob e Namer fazem das antigas bibliotecas reais, construídas e mantidas pelo rei para que pudessem legitimar seu poderio perante os povos conquistados e também como instrumento de dominação cultural e lingüística. A biblioteca de Alexandria serviu como um lugar de reunião de memórias-saber através dos rolos ali armazenados e do trabalho realizado pelos freqüentadores e bibliotecários, que legitimavam as memórias eruditas e mantinham assim a tradição política de expansão e dominação iniciadas pelo fundador da cidade e continuada por seus sucessores.

As inúmeras conquistas engendradas por Alexandre e seus sucessores, compreendidas no período helenístico direcionam suas explicações sobre como era possível manter o domínio sobre território tão vasto e povos tão diversos. A princípio, para tentar compreender algumas dessas explicações, será necessário analisar o império romano e as conseqüências da sua dominação e alguns povos.

O período helenístico começou em fins do segundo milênio a.C. e se estendeu até o século VII da Era Cristã, preservando sua identidade desde o início, como assinala Toynbee (1975, p. 15, 19):

Sua essência não foi geográfica ou lingüística, mas social e cultural. O helenismo foi uma forma de vida característica, corporificada numa instituição básica, a cidade-Estado helênica, seria aceito como heleno<sup>3</sup>, não importando qual a sua origem e formação.

Essa cultura helênica foi preservada mesmo durante o período de domínio romano, como mostra Momigliano (c1991, p. 9): foi imprescindível, para que o imperialismo romano pudesse se estabelecer, “a cooperação de intelectuais gregos com políticos e escritores italianos na criação de uma nova cultura bilíngüe que deu sentido à vida sob o domínio romano”.

<sup>3</sup> Helenos significa habitantes da Hélade, e presumivelmente adquiriu o sentido mais amplo de membros da sociedade helênica pela sua utilização como denominação conjunta dos diversos povos, os anfitriões (vizinhos) que administravam os templos em Delphos e nas Termópilas e organizavam os jogos Pítios, ligados a tais santuários. Assim, a instituição da cidade-Estado não é, em si, característica peculiar do sistema de vida helênico. O que caracteriza o helenismo é a utilização dessa instituição como meio de dar expressão prática a uma determinada concepção do universo. No século V a.C., o filósofo helênico Protágoras de Abdera deu forma a tal pensamento, na celebrada frase ‘o homem é a medida de todas as coisas’. Na linguagem tradicional judaico-cristã-muçulmana poderíamos dizer que os helenos viam no homem o ‘Senhor da Criação’ e o adoravam como um ídolo, ao invés de Deus. (TOYNBEE, 1975, p. 18).

Os povos conquistados foram influenciados pela cultura, religião e literatura gregas, assim como os gregos assimilaram as tradições dos povos dominados. Pode-se destacar maior interação entre romanos e gregos após a dominação romana, mas também entre gregos e judeus ou celtas e iranianos, transparecendo forte impacto nas relações intelectuais (MOMIGLIANO, c1991, p. 13). A manutenção dos territórios conquistados baseava-se assim na assimilação e respeito às culturas locais, organização administrativa e política, esta com um forte poder central, de forma a conseguir alianças políticas com os diversos povos e facilitar a governabilidade.

Para Lévêque (1979, p. 43) a generosidade do grande conquistador residia não somente na igualdade de gregos e bárbaros, o que contrariava o velho complexo de superioridade dos gregos, mas sim na sua fusão, ideal este que seus sucessores não vislumbraram com tanta nitidez. Daí a sociedade formada ser colonial, com uma classe de vencedores e outra de vencidos. No entanto, rapidamente houve uma mestiçagem entre os povos por meio de casamentos mistos. Como havia mais homens greco-macedônios do que mulheres, a clivagem étnica transformou-se em clivagem econômica, na qual a origem do homem não era mais tão importante quanto seu êxodo individual.

Alexandre Magno utilizou-se dessas táticas durante a expansão de seu império e, após colocar Alexandria como centro, deixou para seus sucessores seus ideais. Estes procuraram adquirir para a Biblioteca de Alexandria tudo o que era produzido no mundo, seja por meio de cópias, compras e até mesmo furtos. A idéia era a de expandir a construção de bibliotecas nas cidades conquistadas, para que fosse possível dominar mais facilmente os povos, conhecendo e misturando culturas, religiões e costumes tão diversos, disseminando a língua grega por todo o território dominado.

Este modo de dominação pelo saber e assimilação cultural, mais do que pela violência, foi utilizado por Alexandre em sua própria vida pessoal: ele próprio realizou um casamento “misto”, fornecendo o exemplo tanto para seus correligionários quanto para os povos dominados, neste caso específico para os persas. Plutarco narra algumas das estratégias utilizadas por Alexandre para estender o seu poder sobre os persas, e pode-se ver como elas foram baseadas em grande parte no saber, na cultura e na assimilação do conhecimento:

Dessa forma, pois, ia ainda mais assimilando seu teor de vida ao da região e aproximando este dos costumes da Macedônia; na sua opinião, pela fusão das comunidades mais do que pela violência assentaria na estima a sua autoridade enquanto estivesse longe. Com esse feito, determinou que ensinassem a língua grega a trinta mil crianças escolhidas e as exercitassem no uso de armas macedônias, e nomeou grande número de instrutores. Seu casamento com Roxana, uma dançarina formosa e jovem que vira num banquete, sem embargo de ser um caso de amor, pareceu-lhe também harmonizar-se com a política delineada. Com efeito, os persas acorçoaram-se com a comunhão advinda desse casamento e dobraram sua estima a Alexandre, porque, sendo extremamente moderado nesse terreno, nem na mulher que o sobera subjugar ousara tocar sem o amparo da lei (PLUTARCO, [198-?], p. 176-177).

Numa das suas muitas conquistas, Alexandre derrotou Dario numa grande batalha, mas não o matou (deixou-o fugir) nem expulsou sua família; pelo contrário, cuidou dela com todo o respeito e deu-lhe benefícios de uma boa vida. (PLUTARCO, [198-?], p. 154-155). Plutarco assinala a assimilação cultural como estratégia de poder em outra ocasião, quando Alexandre e seu exército preparavam-se para conquistar outro território. Escreve ele que Alexandre,

num período de descanso, vestiu pela primeira vez os trajes persas, ou por querer adaptar-se aos costumes regionais, crendo importar muito para a pacificação dos povos a semelhança de hábitos e de raça, ou numa tentativa de introduzir entre os macedônios a prostração, acostumando-os aos poucos a suportar sua mudança de hábitos e transformação. Contudo, não adotou a célebre indumentária meda, extremamente bárbara e exótica, nem pôs bombachas, nem camisa, nem turbante; combinou com mais ou menos felicidade uma moda intermediária entre a persa e a meda, não tão luxuosa como aquela e mais solene que esta (PLUTARCO, [198-?], p. 175).

Plutarco ([198-?], p. 176) conta também que durante a campanha para conquistar a Ásia, houve momentos difíceis no exército de Alexandre, e os macedônios mostravam o intuito de abandonar o grupo. Nesse momento ouviram de seu rei, Alexandre, que estavam sendo injustos para com ele, visto que a conquista do mundo habitado era para eles, e mesmo assim o estavam abandonando com seus amigos e voluntários de campanha. Ouvindo este protesto, clamaram para que continuasse a guiá-los a qualquer lugar à sua escolha.

As conquistas de Alexandre foram muitas e diversas histórias são contadas sobre suas glórias e nobreza de sentimentos. Predominavam táticas amenas de conquista como a utilizada na cidade de Nisa onde, vendo seus homens hesitarem diante de um rio fundo, perguntou-se porque não tinha aprendido a nadar; logo ordenou a cessação do combate e recebeu emissários das cidades sitiadas propondo rendição.

[...] a princípio, espantaram-se de vê-lo com sua armadura e sem ordenança; depois, quando lhe trouxeram um coxim, mandou o mais velho tomá-lo e sentar; chamava-se Acúfis. Acúfis, pois, admirando sua distinção e cortesia, perguntou o que desejava deles em troca de sua amizade; Alexandre respondeu: “Que te nomeiem seu governador e nos enviem os cem melhores de seus homens”. Acúfis riu e objetou: “Mas, ó rei, eu governarei melhor se te mandar os piores em lugar dos melhores” (PLUTARCO, [198-?], p. 185-186).

Numa outra ocasião, Tóxiles (que segundo relatos possuía na Índia um reino tão extenso quanto o Egito, rico de pastagens e pomares) e Alexandre travam um diálogo após as saudações em que Tóxiles adverte-o que a luta entre homens sensatos só deve ser feita por água e alimentos indispensáveis, e que não sendo estas as causas da luta em questão, não haveria sentido algum em continuar. Se fosse sobrepujado, estaria pronto a fazer favores, do contrário, receberia e agradeceria os benefícios. Alexandre, então, estendeu-lhe a mão e propôs que terminassem sem luta aquele encontro, após a pronúncia de palavras tão cheias de bondade; ao que ouviu de Tóxiles que lutaria com ele em gentilezas para que não perdesse em nobreza (PLUTARCO, [198-?], p. 186-187).

Alexandre conseguia com essas e outras táticas não só conquistar pela não-violência, como também ser considerado de grande nobreza, o que facilitava sua conquista e a permanência do domínio mesmo estando distante, uma vez que era admirado e respeitado pelo povo e pelos governos das cidades conquistadas.

Para Finley (1988, p. 150) a religião politeísta facilitava a introdução de deuses e novos atributos culturais. O politeísmo teve seu apogeu durante o período helenístico, pois com a grande fusão religiosa advinda da nova sociedade formada a partir das conquistas e expansões territoriais, obtinha-se a mistura de povos distintos. A expansão da língua grega facilitou o domínio dos povos conquistados, além da assimilação de novas culturas, costumes, religiões, etc.

Desde a antiguidade percebemos que a expansão de uma língua, cultura, costumes, religião, entre outros, seja através da educação, de bibliotecas, museus ou fusões de povos, são usados como táticas de dominação, pois a partir dessas fusões/misturas, aos poucos se transforma a base sobre a qual foram construídas as sociedades. A assimilação da língua, costumes, etc., é usada ainda hoje por muitos países e sociedades para que possam expandir seus mercados consumidores. Outra forma que data de tempos remotos é o uso de guerras para ampliação de áreas dominadas, com objetivos variados como construção de império universal, no

caso de Alexandre Magno, novos mercados consumidores, riquezas minerais e vegetais.

Num livro importante do campo da ciência política, *Império* (2001), Antonio Negri e Michael Hardt mostram que as estratégias políticas utilizadas hoje, num período de globalização, são próximas daquelas utilizadas nos períodos de expansão imperial, como na Macedônia ou em Roma. Esses autores apontam que diferentemente do período moderno, no qual se procurava preservar as fronteiras que delimitavam a identidade territorial ou cultural de um país, na pós-modernidade a assimilação cultural se tornou uma estratégia do poderio econômico e político, já que permite expandir o mercado mundial e a possibilidade de consumo (NEGRI; HARDT, 2001). Desse modo, o recurso à cultura e ao saber se tornaram estratégias políticas fundamentais no mundo contemporâneo.

Analisando o mundo do século XX, podem ser vistas todas essas formas de conquista e expansão de domínios através do recurso ao saber e à cultura. Percebe-se que os países mais desenvolvidos e ricos são os que mais valorizam as bibliotecas, centros de cultura e lazer, livrarias, só para citar alguns espaços. É possível pensar que a informação hoje se tornou uma base que sustenta grandes economias, pois quanto maior o nível de escolaridade do povo (incluindo aí acesso à informação nos diversos tipos de suporte, seja livro, CD-ROM, DVD, obras de arte, Internet, etc.) maior é o desenvolvimento da sociedade como um todo, aí incluindo o desenvolvimento do mercado e do consumo.

As sociedades mais avançadas e desenvolvidas são aquelas que mais investem em educação e acesso à informação, principalmente em bibliotecas públicas, Internet e livrarias. Assim, quanto maior o grau de instrução de um povo, maior a quantidade de espaços onde a informação é o foco da sua existência, como as bibliotecas, por exemplo, que recebem um número de usuários cada vez maior, interessados em se manter informados como forma de inserção na chamada sociedade da informação. Não se trata apenas de algo que deve ser louvado como desenvolvimento; é importante que se possa perceber o quanto esse desenvolvimento se encontra a serviço do poder político, o quanto o saber e a cultura se tornaram hoje um valioso recurso para investimentos e uma ferramenta para uma variedade de propósitos sócio-políticos e econômicos.

A este respeito, assinala George Yúdice (2004, p. 11):

A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.

É importante, para se ter um olhar mais crítico para aquilo que acontece no nosso mundo, observar estratégias semelhantes que tenham sido desenvolvidas no passado. Estudar os propósitos de expansão cultural de Alexandre Magno, a partir dos quais foi construída a Biblioteca de Alexandria, pode aprimorar o olhar sobre as formas de utilização do saber como instrumento de poder. É neste sentido que o método comparativo é capaz de produzir uma reflexão crítica sobre o presente. Compara-se para que o presente possa ser percebido menos ingenuamente e ganhe uma outra perspectiva.

Alexandre Magno, por ambicionar a formação de um grande império universal, por meio de grandes batalhas e expansão territorial, imaginava construir grandes centros de saber e cultura com bibliotecas nas áreas conquistadas. Através da formação de vastos acervos com inúmeras cópias e compras de grandes obras, principalmente as religiosas, seus sucessores almejavam conquistar e dominar os povos das cidades controladas justamente por saber que a religião era como uma porta de entrada para as cidades e suas almas (CANFORA, 1998, p. 28).

Se a Biblioteca de Alexandria possuía um papel político, pode-se pensar que as bibliotecas atuais não o possuem menos. As bibliotecas se tornaram instituições de extrema importância para o desenvolvimento cultural, político e econômico das sociedades, conforme explicitado anteriormente, mostrando-se cada vez mais imprescindíveis com a globalização e as novas estratégias políticas que hoje estão sendo criadas. A informação tornou-se prioritária entre as estratégias de dominação: informação é poder. Ela tem um papel fundamental no crescimento humano, social, político e econômico, facilitando a inclusão de países em desenvolvimento na economia global. Muitos países já perceberam que o investimento em educação e, por conseguinte, em bibliotecas, é de suma importância para participarem mais ativamente do desenvolvimento e da repartição das riquezas geradas pelo mesmo. A leitura insere no mundo, estende as capacidades humanas e amplia os seus horizontes.

Sabe-se contudo, que não é de forma neutra que os horizontes humanos são ampliados pela informação e pelo saber. Os conhecimentos jamais são neutros; eles

são instrumentos de poder e podem ser utilizados com propósitos políticos, como o foram na Antiguidade e como também o são hoje. Este assunto será abordado mais detalhadamente na seção 3.3 deste trabalho, quando for apresentado o papel político da nova Biblioteca de Alexandria.

### 3 A NOVA BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA

Foi dito, na seção anterior, que observar as semelhanças entre as estratégias políticas da expansão grega e as atuais poderia produzir um olhar mais crítico sobre o presente. Essa seria a proposta de um estudo comparativo: compara-se para aprimorar o olhar e a reflexão. Todavia, o método comparativo não se reduz ao estabelecimento de semelhanças, pois nesse caso se correria o risco de simplesmente transpor modelos de uma situação para outra. Assim, ainda que as semelhanças também existam, é importante se levar em conta as diferenças históricas, sociais e culturais entre os dois fenômenos que estão sendo comparados. Nesse sentido, é importante trazer o estudo sobre uma biblioteca contemporânea e, mais que isso, uma biblioteca que teria a pretensão de reviver os propósitos e a glória daquela que se perdeu. Nesta seção, portanto, será apresentado o projeto de criação da Biblioteca Alexandrina, usando-se o método comparativo tal como ele foi proposto por Franco (2000, 1995, 1992).

Franco propõe que se leve em conta, numa análise comparativa, as diferenças entre as situações comparadas a partir de processos históricos mais amplos: “A comparabilidade emerge da capacidade humana de conhecer fazendo analogias, singularizando os objetos, identificando suas diferenças e deixando emergir as semelhanças contextualizadas, suas particularidades históricas” (FRANCO, 2000, p. 207). Os estudos comparados são importantes quando eles conseguem preservar a singularidade de cada um dos fenômenos que estão sendo comparados. Sua importância está no conhecimento das diversas experiências com suas trajetórias próprias.

Ao se buscar comparar as duas Bibliotecas de Alexandria, a antiga e a atual, é preciso se admitir que, num certo sentido, elas são incomparáveis, na medida em que são fruto de processos históricos particulares e de trajetórias singulares, não obstante as semelhanças que apresentem entre si. Mas será possível compará-las na medida em que se possa conjugar criticamente suas semelhanças e diferenças, compreendendo suas circunstâncias históricas específicas, e mesmo a arquitetura e as possibilidades técnicas que cada uma apresenta. Com o objetivo de preservar a singularidade de cada uma delas, optou-se por apresentar historicamente a construção e os propósitos da Biblioteca de Alexandria na primeira seção, enquanto que a presente seção tratará do processo de criação da atual Biblioteca Alexandrina.

O que se busca é mostrar o modo como ambas as bibliotecas estão envolvidas em propósitos políticos, ainda que eles apresentem diferentes matizes de acordo com a circunstância, as possibilidades técnicas e a temporalidade histórica de cada uma. Será apresentado a seguir um histórico do surgimento da nova biblioteca.

Após o declínio da cidade de Alexandria, e com a abertura da rota para o Oriente através do Cabo da Boa Esperança, encerrou-se o comércio da cidade. Alexandria passou a ser ocupada por franceses, mamelucos e ingleses até que, em 1871, os árabes expulsaram os ingleses e ocuparam a cidade. Iniciaram assim uma dinastia que se manteve no poder até 1952 e devolveu à Alexandria o brilho de outrora. Analisaremos, nesta seção, o renascimento de Alexandria como centro político e cultural e o projeto da nova Biblioteca Alexandrina.

### **3.1 O renascimento alexandrino**

O comandante Muhammad Ali, originário da Macedônia, assim como Alexandre Magno, criou uma dinastia que durou várias gerações e se manteve no poder até 1952, quando foi abolida a monarquia. Até então o Egito era governado pelos franceses, e a invasão de Napoleão Bonaparte, em 1798, levou à mobilização das forças otomanas nos Bálcãs. Os franceses se retiraram e o país ficou sob o domínio de mamelucos (sultões egípcios), mas em 1805 o comandante Muhammad Ali conquistou o Cairo e se proclamou paxá. Foi, porém, em 1811 que ele conseguiu expulsar os ingleses - que haviam reocupado Alexandria em 1806 - e massacrar os mamelucos, no que ficou conhecido como o massacre da cidadela do Cairo (FLOWER, 2002, p. 194-195).

Muhammad Ali expandiu e conquistou as fronteiras do Egito, na área que ia do Sudão à Anatólia, incluindo as cidades santas de Meca e Medina. Assim como ocorreu com os sucessores de Alexandre Magno, os três Ptolomeu, Ali tornou Alexandria uma cidade próspera e elegante com mais de duzentos mil habitantes, devolvendo o antigo brilho ao elevá-la à segunda capital e o primeiro porto de seu império. Para revitalizar a antiga cidade, Ali reabriu o Lago Mareóti (principal via de água doce), estimulou o comércio, os investimentos estrangeiros e, assim como os antigos reis, construiu um grande palácio em Rás el Tin, na antiga Ilha de Faro (FLOWER, 2002, p. 195-196).

O prestígio cultural foi alcançado graças a alguns alexandrinos, que contrariamente à nova sociedade (extremamente materialista e voltada para o acúmulo de riquezas) movimentaram a cidade em busca de conhecimento. Os alexandrinos que mais se destacaram foram:

[...] Filippo Tommaso Marinetti, que, em 1894, publicou *Le papyrus*, a primeira revista literária e artística de Alexandria, e foi o autor de *La momie sanglante* (1905), e o poeta grego Kaváfis, que evocou Alexandria tão belamente em seu famoso poema sobre a derrota de Marco Antônio; assim como Stratis Tzirka, o autor, e Ahmed Shawki, “príncipe dos poetas”, cuja estátua ornamenta os jardins da Villa Borghese em Roma. E depois Balint, o pintor húngaro cujas delicadas paisagens e retratos lhe valeram fama internacional, Lawrence Durrell, que, melhor do que qualquer outro, revelou o fascínio da cidade; e, é claro, Naguib Mahfouz, o ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1988, e, recentemente, o professor Ahmed Zewail, com seu Prêmio Nobel de Química – a sabedoria dos dois reavivou a chama da cultura egípcia [...]. É graças a esses homens de letras e ciência, que dedicaram suas vidas à busca do conhecimento e, talvez, sem ter total consciência, sonharam reviver a antiga tradição de 2 mil anos de cultura de Alexandria, que o projeto da nova Biblioteca se tornou realidade (FLOWER, 2002, p. 196-197).

Após essa movimentação de poetas, pintores, químicos e outros cientistas, nos séculos XIX e XX, a cidade de Alexandria foi reavivada culturalmente e um grandioso projeto de revitalização foi iniciado nos anos de 1980.

### **3.2 O projeto da Biblioteca Alexandrina**

O projeto surgiu na década de 1970, mas somente foi colocado em prática na década seguinte com o apoio da Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (órgão cultural da ONU – Organização das Nações Unidas).

#### **3.2.1 Origem e objetivos**

O projeto de construção de uma nova biblioteca em Alexandria, chamada de Alexandrina, visando não à recriação da antiga biblioteca, mas sim o ideal de um grande centro internacional de pesquisa, cultura e conhecimento, surgiu na década de 1970, mas só foi posto em prática após a consolidação de um acordo envolvendo o governo egípcio, a Unesco e diversos países europeus, para arcar com os custos de aquisição, manutenção e expansão do acervo e construção do prédio. Uma concorrência internacional foi realizada e o escritório de arquitetura norueguês *Snohetta* a venceu, com um fabuloso e ousado projeto que custou duzentos e trinta

milhões de dólares e levou sete anos para ser concluído, em fins de 2001 (BARELLA, 2002).

O governo egípcio solicitou apoio do governo de todos os Estados, organizações internacionais, organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, bibliotecas, arquivos, voluntários de outros países para contribuições financeiras, de equipamentos ou serviços, com a finalidade de contribuir, equipar, preservar coleções e contratar pessoal para a nova biblioteca. Diversos profissionais tais como intelectuais, jornalistas, escritores, historiadores e artistas, entre outros, foram convocados para auxiliar o governo no desenvolvimento da conscientização do público de todos os países para a importância do projeto de criação desse centro internacional de saber e também no encorajamento das contribuições para sua realização. Aos editores de literatura, livros científicos e artísticos, e periódicos de todo o mundo, foi solicitado o envio de duas cópias de suas publicações para a Biblioteca Alexandrina a partir de 01 de janeiro de 1988 (M'BOW, [1987?]).

Para a viabilização do projeto foi criada uma estrutura legislativa que tornou a Biblioteca Alexandrina uma pessoa jurídica autônoma diretamente ligada ao Presidente da República. A lei número 1 de 2001 que instituiu a autonomia da biblioteca permite ao Presidente determinar a forma como a biblioteca e institutos filiados serão governados. Foram criados três órgãos-chave para auxiliar o projeto, um Conselho de Patronos – presidido pelo próprio Presidente, um de Curadores – presidido pela Sra. Suzanne Mubarak e um diretor escolhido pelos curadores. O Conselho de Patronos inclui personalidades eminentes dos estados, governos e demais setores. O Conselho de Curadores inclui um grupo de personalidades eminentes de todo o mundo (THE BIBLIOTHECA, [2002?]).

Um dos objetivos do projeto da nova biblioteca é conduzir um movimento de estudo tanto da antiga biblioteca como da cidade de Alexandria, visando trabalhar com a memória e expandir os conhecimentos sobre as mesmas. A partir desse movimento de interação entre diversos pesquisadores e a troca advinda dessas experiências, pretende-se a realização de um grande trabalho enciclopédico englobando os estudos realizados, além de variadas atividades paralelas como conferências, simpósios e debates.

O projeto da Biblioteca Alexandrina pretende fazer dela o templo da tecnologia da informação e de todos os assuntos relacionados, tendo como base filosófica o resgate da antiga glória egípcia e sua contribuição para a civilização

moderna, através de diferentes tipos de publicações e a inclusão da biblioteca na era digital.

### 3.2.2 Arquitetura, estrutura e acervo

O projeto arquitetônico da nova biblioteca de Alexandria foi construído às margens do Mediterrâneo, próximo ao local onde arqueólogos acreditam que a antiga biblioteca existiu, ocupando uma área de oitenta e cinco mil metros quadrados, uma verdadeira obra faraônica.

O complexo possui um total de onze andares, sendo quatro deles abaixo do nível do mar formando um cilindro. O teto é feito de vidro e alumínio, lembrando o formato de um *microchip* quando visto de cima. O prédio tem uma inclinação de dezesseis graus, o que permite uma leveza ao complexo e facilita o controle da incidência de luz natural em seu interior por meio de um sistema retrátil de janelas. Este recurso faz com que o reflexo da luz solar no teto inclinado incida no Mediterrâneo, relembrando o antigo Farol de Alexandria – considerado uma das sete maravilhas do mundo. Ao redor do prédio principal foi erguido um muro de seis mil e trezentos metros quadrados com hieróglifos egípcios e letras de aproximadamente 120 alfabetos de todo o mundo (BARELLA, 2002; THE BIBLIOTHECA, [2002?]).



Fotografia 1: Muro com hieróglifos egípcios  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]

A arquitetura do prédio pretende indicar pelo uso da luz solar uma estampa visual, num processo estrutural desenvolvido em três camadas sobrepostas, em que a sombra solar e o exterior apresentam o conceito positivo-negativo como representação da complexidade da informação contida na biblioteca, assim como o teto visto como um *microchip* ditando as várias possibilidades de atividade interior e exterior.



Fotografia 2: Vista externa  
Fonte: Unesco, [2002?]

A construção do espaço da biblioteca foi pensada em termos de associações baseadas naquilo que a biblioteca proveria, serviria e representaria, e em conhecimentos anteriores e mentalidades culturais de experiências individuais ou locais, devendo o espaço inspirar, receber, absorver, avançar e direcionar de maneira construtiva, além de servir de elemento de ligação do espaço e tempo.

As paredes inclinadas e a luz difusa nas bibliotecas permitem uma visão ampla do espaço, com plataformas de observação que não obstruem a visão a um destino qualquer, mesmo com estantes altas. A idéia subjacente é a de que o público poderia, desse modo, se sentir dentro da grande biblioteca do passado, ao mesmo tempo em que teria acesso aos mais modernos meios de acesso à informação (ARCHITETURAL..., [2002?]).



Fotografia 3: Vista interna  
Fonte: Snohetta, [2002?]

A proximidade da biblioteca com o centro de conferência permite o compartilhamento de facilidades culturais, ajudando a ligação de duas grandes idéias: debate e pesquisa, apesar de serem instituições independentes (ARCHITETURAL..., [2002?]).

A biblioteca abriga o maior salão de leitura do mundo com capacidade para até duas mil pessoas, numa área de vinte mil metros quadrados distribuídos em vários níveis (BARELLA, 2002). Além da biblioteca, o complexo cultural abriga ainda três museus (Antiguidades, Manuscritos e História da Ciência), sete institutos de pesquisa (Manuscritos, Documentação dos Antepassados, Caligrafia e Escrita, Ciências da Informação, Estudos Alexandrinos e Mediterrâneo, Artes e Pesquisa Científica), galerias de exposição, um planetário e um centro de conferência internacional (THE BIBLIOTHECA, [2002?]). A estrutura da biblioteca consiste em uma Biblioteca Principal e seis Bibliotecas Especializadas, descritas a seguir:

- 1- Biblioteca Principal, considerada como Universal – destinada ao atendimento do público em geral e pesquisadores. Sua coleção está dividida pelos sete andares, das raízes do conhecimento até as novas tecnologias;

- 2- Biblioteca Taha Hussein – destinada aos deficientes visuais que podem usar os computadores através de leitura em braile ou outro método/programa específico. A navegação é feita através dos OPACs (On-line Public Access Catalogs), onde eles selecionam o material desejado,

depositam num *scanner* conectado ao computador que também lê em braile ou ouvem o material selecionado. A biblioteca está localizada no nível três;

3- Biblioteca para jovens – destinada aos jovens de doze a dezesseis anos, fornece acesso a um vasto mundo de conhecimento, entretenimento, cultura e informações para jovens. Ela pretende introduzir jovens adultos a uma moderna tecnologia da informação, desenvolver a sua consciência e conhecimento globais assim como suas habilidades de leitura e pesquisa e incentivar interação social dentro e fora da biblioteca.

A coleção de livros na biblioteca dos jovens cobre as mesmas áreas de pesquisa da biblioteca principal, mas leva em consideração as necessidades e requisitos dos jovens adultos.

Os bibliotecários da Biblioteca dos Jovens seguem o currículo escolar para assegurar disponibilidade de materiais de suporte para ajudar estudantes a preparar suas tarefas de pesquisa usando recursos da Biblioteca Alexandrina em formatos impressos ou não.

A Biblioteca dos Jovens oferece acesso a livros digitalizados, periódicos, multimídia e recursos eletrônicos, com acesso livre ao banco de dados do Centro de Recursos ao Estudante, abrangendo a maioria das áreas de pesquisa. Localiza-se no primeiro andar;



Fotografia 4: Biblioteca para Jovens  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]

4- Biblioteca Infantil – A Biblioteca das Crianças fornece recursos educacionais, recreativos e culturais para crianças de 6 a 11 anos. Ela almeja

abrir uma janela para o mundo para as crianças egípcias, preparando uma geração para enfrentar os desafios impostos pela era digital.

O objetivo principal é o de desenvolver as habilidades de leitura, pesquisa e criatividade das crianças através de diferentes programas e atividades. Ela contém uma coleção de mais de 15.000 volumes em várias línguas, abrangendo uma gama de diferentes assuntos.

Esta coleção inclui: livros de imagens, livros de leitura fácil, material de referência e material multimídia. Um laboratório de informática, monitorado pela equipe da biblioteca, oferece um ambiente seguro para as crianças explorarem vários *sites* na internet e aprenderem como fazer pesquisa em uma biblioteca. Localiza-se no primeiro andar, próxima à biblioteca para jovens;



Fotografia 5: Biblioteca Infantil  
Fonte: Bibliotheca Alexandrina, [2004?]

5- Biblioteca de Arte e Multimídia – uma das bibliotecas especializadas - contém impressos e coleção de audiovisual de Artes como pinturas, arquitetura, música, cinema, teatro, esportes e arte recreativa. A coleção de impressos inclui livros, partituras e periódicos, a coleção de audiovisual consiste de registros sonoros como CDs, *audiotapes*, registros fonográficos, fitas de videocassete e DVDs, assim como outros formatos.

O material audiovisual cobre um amplo espectro de filmes, documentários, programas educativos e métodos para auto-aprendizagem.

Também inclui anais, peças musicais e atividades culturais que aconteceram na Biblioteca Alexandrina.

A Biblioteca de Arte e Multimídia é responsável pela aquisição, registro, classificação e catalogação de todo o material audiovisual da biblioteca principal e das bibliotecas especializadas, em coordenação com outras unidades técnicas da Biblioteca Alexandrina. Ela se encontra no nível B3;

6- Biblioteca de Microfilme – destinada aos pesquisadores que podem ler manuscritos, documentos, jornais diários e obras de coleções especiais microfilmadas; localiza-se no nível B1;

7- Biblioteca de Obras Raras – destinada aos pesquisadores pós-graduados, contém a coleção de obras raras da biblioteca, incluindo obras publicadas antes de 1920, bibliotecas pessoais doadas, assim como edições limitadas, obras com dedicatória e fac-símiles (THE BIBLIOTHECA..., [2002?]).

O projeto Alexandria é um dos maiores projetos de pesquisa empreendidos pela Biblioteca Alexandrina, ele pretende fazer da Biblioteca Alexandrina um centro de pesquisa e repositório de diversos suportes de informação sobre a antiga Biblioteca de Alexandria assim como sobre a academia Alexandrina.

O projeto foca em revelar todos os aspectos da antiga Biblioteca de Alexandria e da academia Alexandrina. Ele também cobre todos os fatores históricos, religiosos, sociais e econômicos que influenciaram a antiga Biblioteca e as realizações acadêmicas sem precedentes da antiga Alexandria. Os eixos da pesquisa realizada dentro do projeto consistem em:

- Contribuição alexandrina e da antiga Alexandria para o conhecimento da humanidade;
- Interação alexandrina com outros centros contemporâneos de ensino;
- Raízes da contribuição intelectual alexandrina;
- A passagem desta contribuição intelectual Alexandrina para civilizações posteriores;
- Patrimônio intelectual Alexandrino como inspiração para culturas modernas;
- Fontes de informação sobre Alexandria;
- Base histórica.

Os principais assuntos cobertos por este projeto são:

- Antiga biblioteca de Alexandria e centros de pesquisa e ensino;
- Vida intelectual e acadêmica dos alexandrinos; contribuições e pesquisadores: títulos gerais, especialmente as referências gerais em estudos clássicos, títulos que cobrem assuntos e períodos históricos anteriores e posteriores aos períodos cobertos por este acervo (principalmente Grécia clássica, Egito antes de Alexandre Magno, reinos helenísticos, mundo romano, tempo medieval e civilização islâmica) e títulos que podem auxiliar o leitor que desconhece a herança e a civilização clássica alexandrina;
- Ciência alexandrina e conhecimento: antiga biblioteca de Alexandria, vida intelectual na cidade, cientistas alexandrinos e seus trabalhos/estudos em diferentes campos da pesquisa científica em matemática, mecânica, geografia, astronomia, etc.;
- Literatura e crítica literária alexandrina: toda a produção de literatura alexandrina (incluindo poesia e prosa), análise literária, filologia e estudos modernos da literatura em Alexandria;
- Filologia e línguas;
- Filosofia helenística, religião e pensamento: religiões grega e romana, filosofias helenística e anterior ao Cristianismo em Alexandria;
- Correntes religiosas (paganismo, judaísmo, cristianismo e islamismo);
- História da antiga cidade de Alexandria, incluindo Egito antes da chegada de Alexandre Magno até a conquista dos árabes, historiadores clássicos de Alexandria, literatura moderna inspirada pela história de Alexandria (principalmente *Shakespeare*);
- Arte e arqueologia da antiga cidade de Alexandria: inclui arte alexandrina, restos arqueológicos como antiguidades encontradas no fundo do mar, arte helenística e romana (especialmente em relação à Alexandria);
- Títulos gerais relacionados aos assuntos anteriores.

O Projeto Alexandria possui uma cobertura cronológica que inclui o período Helenístico, Império Romano e Império Bizantino; e ainda os períodos Pré-Helenístico - incluindo antigas civilizações como Egípcia, Fenícia, Grega, Persa e

Indiana (sendo estas as fontes do conhecimento humano antes da ascensão de Alexandria), e Pós-Bizantino - incluindo o período da Idade Média, da Renascença e civilizações islâmica, moderna e contemporânea (se restringindo à influência e/ou transferência da herança intelectual Alexandrina). (THE ALEXANDRIA Project, [2004?]).

O acervo da Biblioteca Alexandrina está catalogado segundo o AACR2 (Anglo American Cataloging Rules 2<sup>nd</sup> ed.), e classificado consoante a DDC (Dewey Decimal Classification), por ser a mais indicada para a organização de bibliotecas públicas. Os dados retirados dos itens do acervo estão em formato MARC21 (Machine-Readable Cataloging Format 21), permitindo a montagem dos registros para o acesso remoto à rede OPACs. Esses padrões são internacionalmente conhecidos e utilizados pela maioria das bibliotecas em todo o mundo, visando a uma padronização internacional. Para que os usuários tenham acesso a esses registros, todo o acervo está processado e cadastrado num sistema próprio de gerenciamento de bibliotecas, o VTLS (Virginia Tech Library System), permitindo assim a busca e a recuperação de todos os registros sobre os itens do acervo da biblioteca (LIBRARY..., [2002?]).

A construção da nova Biblioteca Alexandrina com acervo básico histórico que remete ao passado glorioso das antigas cidade e biblioteca pretende ser um espaço de preservação da memória da antiga civilização egípcia. Há um anseio, apesar dos poucos documentos que restaram após a destruição do grandioso centro de saber de Alexandria, de estudar, descobrir e reconstruir um passado tão distante. A Biblioteca Alexandrina pretende ser um lugar de diálogo e redescoberta de um passado, em consonância com o que Baratin e Jacob colocam como o espírito de uma biblioteca:

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogos com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

Caberia perguntar, todavia, até que ponto a Biblioteca Alexandrina poderia ser vista como um lugar de memória nacional ou de preservação do passado a serviço da coletividade. O passado cujas glórias essa biblioteca poderia fazer renascer não é egípcio, mas macedônico: é o passado do dominador. A Biblioteca de Alexandria

não foi criada para preservar a memória do Egito, mas para legitimar, também no plano da cultura, o poder helênico sobre o Egito. Cabe perguntar também até que ponto essa biblioteca se coloca a serviço da coletividade – ainda que, de fato, sirva à coletividade – e até que ponto ela estaria a serviço de outros interesses, como será visto mais adiante.

Contudo, mesmo que possam existir outros interesses no projeto, o serviço à coletividade existe, e as duas dimensões não são excludentes. É nítido o cuidado arquitetônico, a disposição espacial e a organização da Biblioteca Alexandrina. A arquitetura e a organização da nova biblioteca pretendem estimular a busca de informações ali armazenadas que assimiladas, analisadas, classificadas e memorizadas por pesquisadores podem se transformar em novos textos, instrumentos de pesquisa, reflexão e compreensão do mundo. Planejada de forma a atender ao público em geral, desde crianças a pesquisadores pós-graduados, tem espaços direcionados para o incentivo à pesquisa, cultura e lazer, com grande diversidade de eventos culturais, a fim de atender à comunidade local e também atrair grandes pesquisadores nas áreas cobertas pelo acervo como história, tecnologia da informação e áreas afins, entre outras.

Para Prado (2000, p. 21) a biblioteca pública é uma instituição voltada para o processo de educação, cultura e informação de um povo, tendo como objetivos principais, estimular o hábito da leitura e preservação de acervo cultural nas comunidades onde se localiza. No texto da Biblioteca Nacional (2000, p. 21) vemos o conceito de biblioteca pública como sendo uma instituição que reúne e torna disponível o acesso aos registros do conhecimento e das idéias do ser humano, num espaço que visa incentivar e desenvolver as práticas de leitura, quando o leitor e o livro (e demais suportes informacionais, como manuscritos, mapas, cassetes, revistas, etc.) se encontram, formando assim usuários mais críticos e conhecedores de seu papel como cidadãos, sem distinção de sexo, raça, idade, religião e *status* social.

Todavia, toda biblioteca também traz dissimulada, em sua concepção arquitetônica, em sua organização, em suas opções tecnológicas e em suas formas de classificação, uma proposta sobre o saber e o uso que dele pode ser feito. Os conhecimentos que uma biblioteca acolhe, organiza e veicula não são neutros. Através deles se transmitem valores culturais, formas de vida e propósitos políticos, como sugere e Jacob:

Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. É verdade também que a história da cultura e da relação com a memória reside, em grande parte, na subversão de novas ligações, de novos lugares de saber (JACOB, 2000, p. 10).

Jacob nos mostra a importância das bibliotecas como centros de saber e memória, onde se encontram o passado, o presente e uma ponte para o futuro, através de livros que remontam à história de grandes civilizações até suportes mais modernos como os DVDs, em harmonia com o conjunto arquitetônico planejado para que o pesquisador se sinta parte do passado e do presente, visualizando o futuro e se inspirando para criar novos saberes. Assim é vista a nova Biblioteca Alexandrina, um lugar de preservação da memória, que pretende inspirar pesquisadores de todo o mundo na missão de descobrir, criar e recriar textos da antiga biblioteca e também as mais recentes informações no ramo da tecnologia da informação.

Segundo a Unesco (apud BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 21):

Todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna bem como materiais convencionais. Alta qualidade e adequação às necessidades e condições locais são fundamentais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade.

O acesso ao acervo é livre e as bibliotecas são destinadas a públicos específicos, conforme descrito anteriormente; o uso de sistema (*software*) de cadastro de itens das bibliotecas (como livros, manuscritos, cassetes, etc.) facilita a busca permitindo acesso rápido à informação desejada. A Biblioteca Alexandrina consiste numa grandiosa biblioteca que abriga várias outras, tendo sido cuidadosamente planejada pelos arquitetos que construíram um prédio futurista onde o leitor tem a sensação de fazer parte do espaço devido ao uso de luz natural, assim como a idéia de fluxo constante pela amplitude dos espaços, permitindo visão do todo e da parte. Atividades como exposições, seminários, palestras, debates, são realizadas com o intuito de dinamizar e dar vida à biblioteca, em contraste com a antiga que pretendia reunir todo o conhecimento humano registrado, o mito da biblioteca universal.

Sob este aspecto, a proposta é bem diversa da biblioteca antiga, lugar onde apenas alguns intelectuais tinham acesso ao universo de códices e papiros

guardados cuidadosamente, como verdadeiros tesouros disponíveis a uma elite de pensadores, grandes filósofos, filólogos, matemáticos, astrônomos, entre outros, que poderiam se aproximar das estantes repletas das obras mais importantes dos maiores pensadores de todo o mundo, concentrando assim o poder e o saber em Alexandria.

Neste sentido, o lugar das duas bibliotecas, como das bibliotecas em geral é um lugar mais simbólico do que físico. A construção arquitetônica se encontra a serviço de uma proposta política em relação ao saber: o saber seria destinado para muitos ou para poucos, mas sempre a serviço de um projeto e de um desígnio, como aponta e Jacob:

A biblioteca é um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. Enfim, é uma coleção de livros, o efeito resultante de sua justaposição e interação: uma biblioteca não é necessariamente um edifício, como nos mostram as estantes de Alexandria ou os provedores informáticos que transmitem hoje, à distância, livros ou artigos digitalizados (JACOB, 2000, p. 10).

Livros e leitores são aproximados numa biblioteca com o intuito de promover o saber e a memória escrita, mas este processo não é isento de outros interesses. A quem servem a guarda, organização e disponibilização dos conhecimentos? A que grupo e a que interesses? Foi visto que, no caso da biblioteca antiga, o acúmulo de conhecimentos se articulava à acumulação de riquezas e poder, e o seu projeto se inseria no antigo sonho de Alexandre Magno, que pretendia reunir todo o conhecimento escrito no mundo num só lugar, Alexandria. O tempo passou e o mito da biblioteca universal mostrou-se impossível; contudo, a criação e o funcionamento das bibliotecas como instrumento de poder e dominação política ainda permanecem nas sociedades modernas.

Pode-se assim considerar a existência de uma grande semelhança entre as duas bibliotecas – já que ambas servem ao poder. Mas sob este aspecto todas as bibliotecas, em última instância, seriam semelhantes. Para se realizar uma análise a respeito do uso político de cada uma delas é preciso abordar as especificidades históricas e as circunstâncias sociais e políticas que deram ensejo à sua construção. Na seção precedente foi apresentada a função política da Biblioteca de Alexandria a

partir de seu contexto histórico específico. A seguir será feito o mesmo em relação à nova biblioteca.

### 3.3 O papel político da Biblioteca Alexandrina

Neste item pretende-se analisar a Biblioteca Alexandrina sob um viés político: que interesses se encontram subjacentes à construção desta biblioteca? Com o intuito de debater essa questão, será apresentado o pensamento de um teórico que discute o valor político da memória nas sociedades contemporâneas – Andreas Huyssen. Suas idéias servirão como pano de fundo para a apresentação, que será feita em seguida, do panorama atual da situação política no Egito, a partir do qual se tentará refletir sobre o propósito da construção da Biblioteca Alexandrina.

Analisando-se a história recente, é possível vislumbrar a emergência da memória como uma das principais preocupações culturais e políticas que estão no cerne das sociedades ocidentais. Este fenômeno é estudado por Andreas Huyssen em *Seduzidos pela memória*, obra em que o autor discute o nascimento de uma cultura e uma política da memória, assim como seu crescimento no âmbito global, a partir da queda do Muro de Berlim, das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul.

Para Huyssen (2000), as discussões sobre memória surgiram principalmente no ocidente após a década de 60, depois do processo de descolonização e de novos movimentos sociais que buscavam histórias alternativas e revisionistas. Tais discussões foram aceleradas no início da década de 80, nos EUA e na Europa, alavancadas inicialmente pelo amplo debate sobre o Holocausto e, posteriormente, pelo movimento testemunhal e demais eventos relacionados à história do Terceiro Reich.

O autor destaca a obsessão contemporânea pela memória que se choca com os debates e a preocupação com o esquecimento, deixando uma dúvida sobre o que viria primeiro: o medo do esquecimento levaria ao desejo de lembrar, ou o inverso? Independentemente da resposta, ressalta que antigas abordagens sociológicas da memória coletiva, como as de Maurice Halbwachs – que pressupunha formações relativamente estáveis das memórias sociais e de grupos – não são mais adequadas para explicar a atual dinâmica da temporalidade e da mídia, assim como as questões relativas à memória, ao esquecimento e ao tempo vivido, visto que as

memórias políticas de grupos sociais e étnicos estão cada vez mais fragmentadas. O que levaria ao questionamento se seria possível, atualmente, a “existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela” (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

Huyssen debate o papel da mídia nesta inflação da memória que hoje se estende por todo o mundo. Ao analisar o avanço crescente das novas tecnologias de mídia, ele destaca o quanto a obsessão pela memória é solidária ao medo do esquecimento: parece que quanto maior o armazenamento de memória em bancos de dados e acervos de imagens, menor seria a possibilidade da cultura atuar na rememoração ativa, produzindo-se algo como uma amnésia cultural. Esse acúmulo de informações aliado à crescente velocidade da vida material gera uma nova idéia de temporalidade que afeta tanto a memória individual quanto a cultural. Esta nova temporalidade implica um “achatamento” do espaço-tempo, destruindo o espaço e apagando a distância temporal, (HUYSSSEN, 2001, p. 74), o que termina por alterar nosso mecanismo da percepção de mundo.

A amnésia cultural surgiria da rapidez das inovações tecnológicas, científicas e culturais voltadas para uma sociedade consumista, acarretaria uma obsolescência de estilos de vida, objetos, alterando assim a duração temporal do ‘presente’. Contudo, essa amnésia, paradoxalmente, traz um fascínio pela memória e pelo passado. Mas Huyssen não considera este fenômeno apenas como algo superficial e destrutivo. Ele o vê como uma tentativa de reduzir a velocidade da vida pós-moderna ao contrabalançar a amnésia gerada pelo lucro imediato e a política de curto prazo.

Como um exemplo dessa mescla de amnésia cultural e obsessão pela memória, Huyssen cita o modo como lidamos com o fenômeno histórico do Holocausto. Nos anos de 1980 e 1990 houve um excesso do debate sobre o Holocausto em programas de televisão, no cinema, na literatura ficcional – o que, de certa forma, o banalizou, congelando a memória em imagens e discursos ritualísticos, tornando-a um lugar-comum na cultura ocidental.

Com isso, Huyssen não estaria dizendo que a preocupação com a memória do Holocausto deve ser abandonada. O que ele critica é o modo pelo qual esta memória – e, solidário a ela, o esquecimento – é produzido. Para Huyssen, o mais importante na construção dessa memória seriam os documentários, arquivos, testemunhas oculares, historiografia do Holocausto, visto que as outras formas (TV,

cinema, literatura) acabam por banalizá-la. Mas mesmo com a banalização e fragmentação promovida pela mídia, Huyssen admite um aspecto positivo nesta exacerbação da memória: congelar a memória do genocídio pode fazer com que os receptores da informação disseminada reflitam efetivamente sobre o que aconteceu e tragam essas reflexões para o campo do conhecimento. Deste modo, ainda que de forma indireta, a exposição excessiva da mídia poderia revelar um aspecto positivo.

Huyssen não apresenta em nenhum momento uma posição nostálgica, lamentando o que ocorre no presente em função de um passado engrandecido e perdido. Na verdade, é justamente essa posição nostálgica que ele critica ao falar de Pierre Nora (1993), autor que, ao propor a noção de “lugares de memória”, estaria lamentando a perda dos meios de memória, a perda de um passado no qual dispúnhamos de uma “memória autêntica”. Para Nora, haveria no passado uma memória verdadeira que se perdeu, e é porque ela foi perdida que se constroem hoje lugares de memória, funcionando como compensação por tal perda. Huyssen (2000, p. 37) critica essa posição nostálgica, a crença numa memória autêntica e na possibilidade de recordação total: “A memória é sempre transitória, notoriamente não é confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social”. Assim, ele procura valorizar o que as mudanças que ocorrem no presente nos oferecem como possibilidade construtiva:

Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com esse objetivo (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

Huyssen não encara negativamente o esquecimento, já que, ao distinguir os passados usáveis dos dispensáveis, se está escolhendo quais passados devem ser mantidos e quais podem ser esquecidos. A discriminação implica o esquecimento, e este passa a ser encarado pelo autor como constitutivo da memória. O que é por ele criticado é o medo do esquecimento, como se este fosse uma doença da cultura da qual é preciso, através de uma exacerbação da memória, encontrar a cura. Para Huyssen (2000, p. 37), ao contrário, “[...] precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de nos preocuparmos com o futuro da memória”.

### 3.3.1 *Memória e esquecimento*

As questões relativas à memória e ao esquecimento permeiam a obra de Huyssen e estão no centro dos debates atuais. Huyssen (2000, p. 27) denuncia a obsessão pela memória e a “musealização do mundo”, através de práticas que procuram recuperar o passado para agregar valor àquilo que elas realizam. Assim, formam-se verdadeiras indústrias do patrimônio e da memória: o passado tornou-se um importante artigo “imaterial” de consumo e, portanto, gerador de valor e de riqueza.

Este culto à memória aparece nas políticas públicas de diversos países, e surge no Oriente Médio especialmente a partir de 1989, quando a memória começa a se tornar uma preocupação dominante e uma peça-chave na política dos países da região: a partir desse período projetos que valorizam a memória passam a ser incluídos em suas políticas governamentais, com objetivos variados.

Esta pesquisa tem como foco o caso do Egito, cujo governante, Hosni Mubarak, no poder desde 1981, desempenha um importante papel de mediador em questões diplomáticas no Oriente Médio, como o acordo obtido entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, assinado em 1993.

Qual a razão de tamanho empenho, por parte do Presidente Hosni, nessas questões diplomáticas? É possível perceber em sua atuação uma tentativa de projetar o Egito no cenário internacional, como forma de sedimentar sua participação no mundo globalizado, assim como o cultivo de boas relações com os países árabes e os EUA. Não poderia Hosni, ao utilizar a diplomacia em situações de conflito externas ao Egito, estar desviando a atenção da situação política e dos conflitos que ocorrem em seu próprio país? A resposta para este questionamento ficará clara mais adiante.

A situação política do Egito, nas últimas décadas – nas quais o mandato do presidente Hosni tem sido continuamente renovado – não tem sido bem vista no cenário internacional, especialmente no Ocidente. Percebe-se um aumento do conservadorismo, havendo uma redução do espaço destinado aos críticos no debate público e na sociedade civil. Um bom exemplo disso é o episódio da prisão do candidato da oposição que, após as eleições de 2005, tendo ficado em segundo lugar no pleito - o que para o governo representou uma certa ameaça, ao angariar 8% dos votos - acabou sendo preso sob a alegação de falsificação de documentos

oficiais na criação de seu partido. Sua prisão criou um constrangimento para o governo nas suas relações com outras democracias, mais especialmente com os EUA.

A situação econômica e social do país mostra uma nação em desenvolvimento que, assim como o Brasil, enfrenta inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos. A população sofre com a alta inflação que gera uma instabilidade dos preços dos gêneros alimentícios, e também com a desigualdade entre ricos e pobres que vem crescendo nos últimos anos. Outras mazelas são a falta de infra-estrutura, a miséria, o terrorismo, problemas que afetam diretamente o povo e, conseqüentemente, a economia e o desenvolvimento do mesmo.

Outro ponto primordial é a educação, que não chega igualmente a todas as camadas da população, gerando assim baixa escolaridade e, em conseqüência, trabalhadores menos qualificados para o mercado de trabalho. Devido a essas entraves houve, durante a construção da biblioteca, muitas críticas ao projeto, acusado de ser imposto como um “artigo de luxo que em pouco ajudaria a melhorar a educação num país de 68 milhões de pessoas” (Nabil, ([2001?])).

Na situação externa, as relações do governo egípcio com o Ocidente já teriam sofrido um estremecimento devido aos atentados ocorridos em setembro de 2001 nos EUA. Foi divulgada mundialmente a participação de árabes e de egípcios no planejamento, realização e respaldo do atentado terrorista. De fato, nas últimas décadas houve um crescimento considerável da presença de extremistas religiosos no Oriente Médio, acarretando assim uma visão negativa de outros países para com a região (NABIL, [2001?]).

Nesse contexto, a inauguração da Biblioteca Alexandrina, em fins de 2001, ao custo aproximado de 200 milhões de dólares com o apoio da UNESCO, foi um evento estratégico, e ainda mais por sua coincidência com o período dos atentados.

A arquitetura moderna da biblioteca em um prédio monumental de onze andares faz dela uma das maiores bibliotecas do mundo, não só em espaço para leitores, como também em acervo eletrônico, uma ciberbiblioteca. Tamanha sofisticação e aprimoramento tecnológico seria parte de um projeto político ambicioso do governo egípcio, que tenta revestir o desenvolvimento tecnológico com a aura do passado mítico da antiguidade, buscando nesta conjunção a força de mobilização para apoiar suas políticas governistas.

O forte uso de novas tecnologias de mídia na formação deste acervo mostra a importância da biblioteca na construção da memória nacional egípcia, utilizada para legitimar a política vigente no país. Percebe-se a força e a influência da mídia nesse processo que se realiza com um duplo propósito: ao mesmo tempo em que procura reforçar sua memória nacional, o Egito procura se inserir num cenário mundial globalizado, buscando passar nesse cenário a imagem de um país desenvolvido econômica e culturalmente. A globalização e a avaliação do passado nacional estão sendo pensados juntos, ou seja, a participação na sociedade global indicaria uma necessidade de fortalecer a memória nacional, a fim de mostrar ao mundo a grandeza da cultura egípcia.

Diante dessa realidade, acredita-se que seria possível que o Egito esteja se esforçando para participar ativamente da sociedade global e dos benefícios advindos dessa participação, sejam eles em forma de verbas para o combate ao terrorismo ou de investimentos vultosos para o desenvolvimento da economia e infra-estrutura do país. Mas, ao mesmo tempo em que pretende ser reconhecido e dividir os bônus desse envolvimento, percebe-se o investimento nas questões relativas à memória nacional.

Tal investimento estaria representado pelo projeto da atual biblioteca, utilizando-se da grandiosidade arquitetônica – que inclui em sua fachada um muro de granito com hieróglifos egípcios e letras de diversos alfabetos, como representação do universo do conhecimento, mas também como registro da importância dos hieróglifos para a história – e da tentativa de reviver as glórias do passado. Em outras palavras, a Biblioteca Alexandrina torna visível o esforço empreendido na busca pelo fortalecimento da cultura e tradição egípcias como forma de construir e consolidar uma memória nacional grandiosa, com a qual o país – e, evidentemente, o seu governante - possa se inserir no cenário global gozando de reconhecimento e legitimidade.

A partir da idéia apresentada poderia se pensar que, ao buscar reforçar a memória nacional egípcia utilizando o projeto grandioso de um novo centro de saber, e ao buscar restaurar a antiga glória vivida na antiguidade ao abrigar a Biblioteca de Alexandria e seu sonho de ser universal, o governo estaria tentando participar da sociedade global como uma nação que valoriza o conhecimento, a cultura e a história antiga. Vê-se a intenção de mostrar ao Ocidente e ao Oriente Médio como o país se destaca em relação aos seus vizinhos, ao atuar fortemente contra o

terrorismo aliando-se aos EUA nessa empreitada, ao participar como mediador em questões internacionais de conflito, ao investir numa biblioteca que pretende ser referência mundial e que utiliza intensamente novas tecnologias, constituindo assim uma ciberbiblioteca.

Pode-se pensar a importância do projeto no contexto da região e dos demais países do Ocidente: ele poderia ser visto como uma estratégia visando mostrar ao mundo que o Egito não é um país que produz apenas terroristas e extremistas religiosos, mas sim uma nação que produz conhecimento, saber e cultura. Na verdade, um país com uma história milenar que marcou forte presença no território que é considerado o berço da civilização e que, com a expansão dos impérios grego e romano, pôde deixar marcas nas culturas do Ocidente e Oriente Médio. Pode-se então colocar uma primeira hipótese sobre o propósito político da construção da Biblioteca Alexandrina: Hosni a teria projetado segundo o mesmo princípio que governa a sua política de boas relações com os demais países da região; essas relações interessam na medida em que afetam a projeção e a influência dos egípcios na visão que o mundo possui dos povos do Oriente Médio.

Um desdobramento da hipótese aqui apresentada sobre o propósito de construção da Biblioteca Alexandrina – transformar a imagem do Egito no cenário internacional – pode ser realizado a partir de uma idéia de Huyssen. Segundo ele, pode se pensar num uso político da memória quando ocorre “uma mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas” (HUYSSSEN, 2001, p. 16). Huyssen cita como exemplos a Sérvia pós-comunista, a Índia, a Argentina e o Chile, que teriam feito um tal uso político da memória mítica visando legitimar esse tipo de prática. Mas seria possível aplicar essa idéia também ao governo do presidente Hosni, ao inaugurar a Biblioteca Alexandrina. Sua construção próxima ao local onde se acredita que a antiga biblioteca existiu, não indicaria uma tentativa de reviver o passado mítico daquela? Sua localização e a imponência de sua arquitetura são elementos capazes, de fato, de mobilizar este passado mítico.

Uma tal mobilização poderia interessar ao governo Hosni. O fato de este manter-se no poder desde 1981 demonstra que o país não é um exemplo de democracia nos moldes tradicionais, sendo mais indicado incluí-lo no rol das nações consideradas ditatoriais ou, ainda nas palavras de Xavier (2005?), pensá-lo como um Estado de Exceção, visto que o mesmo “não precisa ser constitucionalmente

decretado, há uma coexistência com o Estado Democrático de Direito, com um certo ar de normalidade política [...]”. Vale ressaltar que uma lei em vigor desde 1981 garante ao atual presidente a manutenção do Estado de Exceção<sup>4</sup> desde a sua implantação, utilizando para tal a necessidade do combate à violência e ao terrorismo e a manutenção da paz.

A suposta normalidade política existente no Egito pode ser vista como suspeita, dado o exemplo das últimas eleições, da redução dos direitos de livre expressão e debate públicos, indicando uma nação não democrática que utiliza o apelo do combate ao terrorismo e da necessidade de manutenção da paz para justificar o Estado de Exceção.

Tal uso político da memória em países envolvidos com opressão política visa a uma mobilização de passados míticos com o intuito de apoiar explicitamente políticas governistas, segundo exemplos dados por Huysen e citados anteriormente. Haveria uma tentativa de buscar glórias passadas para, de alguma forma, a população aceitar a opressão política como única opção viável para o desenvolvimento e a manutenção da paz. Nesses casos, as políticas governistas se utilizam da mobilização de passados míticos para se legitimarem e se manterem no poder por longos períodos.

Para Huysen, um dos nós da política de memória seria a linha de separação entre passado mítico e passado real. Tal idéia leva à análise do projeto de criação da atual Biblioteca Alexandrina, que seria então uma forma de ligar o passado mítico da antiga Biblioteca ao passado real da cidade de Alexandria. Na visão dos alexandrinos, essa criação os faz acreditar que poderão reviver a riqueza da cidade, algo que os faça olhar para o futuro com mais esperança.

A criação do novo centro de conhecimento aspira ser um local de referência sobre a biblioteca antiga, a cidade de Alexandria e o Egito, pretendendo ser o melhor do mundo nessas áreas. Compreende-se que este centro de saber visa não apenas ao desenvolvimento intelectual da sociedade, como também a uma posição no campo político ao buscar se situar como local de referência em história antiga, ou seja, ao pretender retomar o passado mítico de Alexandria, do qual a biblioteca será

---

<sup>4</sup> “Suspensão temporária de certas garantias constitucionais determinada pela necessidade de defesa da ordem pública. Em sua vigência o Executivo assume poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário, e são estabelecidas restrições aos direitos dos cidadãos”. (FGV, [200?])

referência. É nítida a ligação com a antiga biblioteca, visto que ambas estão envolvidas e são instrumentalizadas em uma disputa política.

A hipótese aqui levantada é a de que essa busca do passado mítico não seria apenas uma forma de restaurar parte da riqueza e da importância que a cidade obteve ao ser considerada, por séculos, como o epicentro do pensamento grego e romano, um centro de saber, cultura, política e economia na antiguidade (LÉVÊQUE, 1987, p. 13). Essa busca poderia também representar uma forma de mostrar ao Ocidente que o Egito não é apenas exportador de terroristas, mas um país que tem grandeza, possuindo um governante legítimo e preocupado com o desenvolvimento educacional e cultural da população.

Com relação às regras que regem o funcionamento da Biblioteca Alexandrina, um fato merece destaque: uma lei aprovada pelo Parlamento permite liberdade administrativa ao presidente da biblioteca, desobrigando-o de prestar contas a qualquer chefia ou autoridade que não seja o Presidente Hosni. A idéia difundida pelo governo é a de que a ligação direta entre o presidente da biblioteca e o presidente Hosni seria uma forma de garantir que o acervo formado poderia ser amplo e irrestrito em assuntos, não sofrendo pressão de religiosos. Trata-se, na verdade, de uma resposta a setores que julgavam que este acervo deixaria de abarcar uma gama variada de temas, devido à redução das liberdades de expressão no debate público. Em outras palavras, uma resposta ao medo da censura do fanatismo religioso que controlasse a entrada de livros que pudessem ser contrários à política dominante no país.

Supõe-se, assim, que a subordinação direta do presidente da biblioteca ao presidente do país poderia deixar de lado as pressões de setores religiosos capazes de influenciar no controle dos assuntos permitidos ou proibidos na formação do acervo. Contudo, acredita-se que esta poderia ser uma opção encontrada pelo presidente Hosni para amenizar o debate dos críticos de seu governo, pretendendo demonstrar que a biblioteca estaria desvinculada de qualquer censura, ou de qualquer fanatismo. Percebe-se neste processo a possibilidade de uma manobra política com o intuito de desviar a atenção dos críticos que participam do debate público: ao invés da pressão de setores interconectados com o fanatismo, o que pode haver, de fato, é a influência direta do próprio presidente Hosni no controle do que deve ou não ser armazenado. Pode-se supor que há interesse nesse controle,

tratando-se de presidente que, como apresentado anteriormente, vem se perpetuando no poder há quase trinta anos.

O governo, ao olhar para o passado com suas marcas na história da civilização, sua força na expansão da cultura grega e na conquista de vastos territórios, pretende criar no presente estruturas que possam permitir que, no futuro, o país seja visto externa e internamente como uma nação próspera. Neste projeto percebe-se o quanto a memória pode ser um instrumento de poder e o quanto pode ser utilizada para fins políticos. Dominar o que deve ser ou não escolhido como saber a ser preservado conduz a um assenhoreamento das informações que circulam no mundo.

Essa visão remete a Gondar (2005, p. 17) quando diz que há uma idéia de memória social presente na escolha dos itens preservados, com suas implicações éticas e políticas, pois o “conceito de memória, produzido no presente” é uma forma de “pensar o passado em função do futuro que se almeja”. Nas palavras da autora a memória é produzida, construída no presente a partir de escolhas sobre o que preservar que estão carregadas de componentes éticos e políticos. Em outros termos, a escolha do local de construção da nova biblioteca, a arquitetura monumental, a formação do acervo com obras vindas como doação de diversos países, a montagem de uma ciberbiblioteca com as mais modernas tecnologias de mídia, tudo isso indica escolhas políticas que pretendem estabelecer ou restabelecer a soberania egípcia, em termos de saber e de poder.

Tais escolhas não são de forma alguma neutras, pelo contrário, mostram como o governo constrói uma estratégia de resgate do passado com o intuito de construir o futuro que se pretende, no caso, uma participação de destaque na sociedade global e o reconhecimento de que sua política interna é legítima. O Egito – e seu governante - apareceria com maior visibilidade no Ocidente e Oriente Médio, apresentando-se como um país preocupado com a cultura, o saber, a educação, a história e a memória dos antepassados, e não apenas como uma nação que gera terroristas.

Séculos separam as bibliotecas de Alexandria com suas histórias de saques e destruição; contudo, alguns aspectos são bastante semelhantes, apesar de seus contextos e matizes tão diferentes. As duas foram construídas com propósitos de desenvolvimento humano e intelectual; a antiga visava o domínio dos povos conquistados e a expansão da cultura grega com base na assimilação cultural,

usando centros de saber, biblioteca e museu, e facilitando esse processo por meio da tradução e reunião de seus livros, principalmente os religiosos; a moderna pretende, assim como a antiga, atrair grandes pensadores e estudiosos num movimento de resgate da memória da cidade e da biblioteca de Alexandria na antiguidade. Entretanto, a biblioteca antiga era parte de um projeto efetivamente imperial e expansionista, enquanto que na biblioteca moderna joga-se com a construção da imagem de um país, tentando reviver uma glória que não é mais sua.

O desenvolvimento da área onde foram construídas também pode estar vinculado a um objetivo comum. Apesar de a antiga ser restrita a pensadores e estudiosos e a nova ser aberta ao público, ambas foram construídas com intuito de promover não só o conhecimento registrado como também a cidade de Alexandria, colocando-a como centro de saber e memória.

Para Latour (2000, p. 43-44):

É porque os laboratórios, as bibliotecas e as coleções estão ligados num mundo que, sem eles, permanece incompreensível, que convém mantê-los, se nos interessarmos pela razão. Segundo Christian Jacob, parece que a Biblioteca de Alexandria teria servido de centro de cálculo para uma vasta rede da qual era a fonte abastecedora. Não é à toa que os Ptolomeus eram gregos. O império de Alexandre sabia muito bem as forças que podem ser derrubadas com o império dos signos.

Transportando os objetivos de Alexandre Magno para o presente, como num túnel do tempo, é possível perceber a importância dos centros de saber e memória nas sociedades modernas, pois neles se expande a idéia de disseminação da informação como base de desenvolvimento de nações, assim como de poderio político e econômico. A face política dos centros de memória mostra os labirintos do poder que são formados através da construção e manutenção dessas instituições, visando não apenas o acesso à informação, mas principalmente, a ascensão política de governos, como o egípcio, na figura do presidente Mubarak.

Ao construir uma biblioteca próxima ao local onde possivelmente existiu aquela sonhada por Alexandre, percebe-se que as aspirações da atual se aproximam da antiga, como instrumento de dominação e expansão política do governo egípcio. No entanto, existem matizes distintos na utilização e nos objetivos desses instrumentos. Se Alexandre sabia as forças que podem ser derrubadas com o império dos signos, como afirma Latour, Mubarak sabe o quanto uma boa imagem é capaz de dominar a opinião pública e alçar o país no cenário internacional como uma nação próspera e mediadora de conflitos entre outros países.

O fato de existir uma biblioteca de dimensões e arquitetura grandiosas que pretende rivalizar com as maiores dos países mais desenvolvidos indica o quanto ela foi planejada para funcionar como instrumento de poder, como a antiga. Mas novamente aqui podem se estabelecer diferentes matizes. Sabe-se o quanto a biblioteca antiga almejava ser uma biblioteca universal, ou quem sabe, a Biblioteca de Babel sonhada por Borges (2003, p. 100)

Talvez me enganem a velhice e o temor, mas suspeito que a espécie humana – a única – está por extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.

Contudo, não se poderia afirmar que a biblioteca moderna apresenta a mesma aura borgeana. O que ela parece pretender é tomar de empréstimo a aura de sua antepassada, como um modo de apresentar-se, modernamente, já intemporal.

Neste sentido, a ligação das duas bibliotecas pode ser compreendida conforme as palavras de Hall (1998, p. 53, grifo do autor):

[...] ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*. A identidade nacional é representada como primordial – “está lá, na verdadeira natureza das coisas”, algumas vezes adormecida, mas sempre pronta para ser “acordada” de sua “longa, persistente e misteriosa sonolência”, para reassumir sua inquebrantável existência.

Ao construir uma grandiosa biblioteca próxima ao local onde possivelmente existiu a antiga, o governo egípcio pretende resgatar a antiga glória alexandrina, revitalizando a cidade com o complexo cultural de forma a reacender a memória e as contribuições deixadas para a civilização moderna. Para Hall (1998, p. 48, 56), essa revitalização aponta para uma busca ao passado como se fosse o resgate da antiga cultura alexandrina e até mesmo da identidade nacional construída por Alexandre e seus sucessores, pois as culturas nacionais representam uma das mais importantes fontes de identidade cultural, formadas e transformadas no interior da representação cultural. Os séculos de história dos povos que viveram em Alexandria deixaram suas marcas e hoje se busca a origem da cultura alexandrina como forma de construção de uma identidade ou restauração da antiga.

Para Hall (1998) a exposição das culturas nacionais às influências externas torna mais difícil a conservação das identidades culturais ou até favorece o enfraquecimento por meio da infiltração cultural que vêm sendo feita pela globalização e o rompimento de barreiras geográficas.

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar as identidades passadas (HALL, 1998, p. 56).

Três conceitos formam a base da cultura nacional segundo Hall: as memórias do passado, a perpetuação da herança e o desejo por viver em conjunto. Construir um novo centro de saber e cultura em Alexandria, de certa forma, faz com que as memórias do passado possam ser utilizadas para o engrandecimento do presente, facilitando a formação ou transformação da identidade cultural da nação egípcia.

A formação dessa identidade também era valorizada na antiga Alexandria:

Poder-se-ia dizer que uma das chaves da cultura alexandrina é a relação paradoxal que ela mantém com a memória. No Egito, país cuja identidade fascinava os gregos desde Heródoto, Alexandre criou uma cidade nova. [...] Vemos aparecer aqui o papel essencial da cultura (*paideia*) como elemento de coesão constitutivo da identidade helênica, substituindo as antigas solidariedades cívicas, familiares e territoriais, que vai marcar tão fortemente o conjunto do período helenístico e greco-romano (JACOB, 2000, p. 53-54).

Idealizar uma grande biblioteca como parte de um centro de saber e cultura articula-se a um projeto de dominação política engendrado por Alexandre Magno e continuado por seus sucessores, por meio da acumulação e tradução de obras de todos os povos, línguas e lugares do mundo, numa estratégia de miscelânea cultural e racial, que permitiu o domínio de extensas áreas do Oriente à Ásia num sonho de construir um império e uma biblioteca universais.

Esse fascinante projeto de conquista e poderio político é expresso brilhantemente por Jacob (2000, p. 47-49) ao questionar os motivos que levaram o fundador da dinastia lágida a instituir uma biblioteca universal, apesar do reduzido número de leitores que a freqüentava; e porquê seus sucessores, mesmo após sua morte em 282 a.C., mantiveram seus ideais e continuaram a expansão da biblioteca. A resposta encontra-se nos “ganhos políticos e simbólicos” [...] pois os “novos soberanos querem afirmar a primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais”, com o intuito de compensar sua “marginalidade geográfica por uma centralidade simbólica: toda a memória do mundo numa cidade nova”, onde conviviam imigrados, colonos, egípcios, núbios, numa clara clivagem étnica e cultural.

Ainda segundo Jacob (2000, p. 47-49), depositar num mesmo lugar todos os livros e escritos da Terra implicava numa “apropriação das sabedorias bárbaras por uma política de traduções” das obras religiosas que permitia uma abertura e um diálogo entre as culturas estrangeiras. A força simbólica destas traduções possui uma dimensão política muito forte que facilitou o projeto de dominação lingüística, política, militar e econômica iniciada por Alexandre Magno e continuada por seus sucessores. Tal abertura para as culturas estrangeiras indica

uma vontade simbólica de poder, em que Alexandria, novo centro do mundo, afirma seu predomínio sobre a totalidade do mundo habitado [...] querendo se apropriar de todos os traços escritos por todos os povos, em todas as línguas e em todos os lugares, e traduzindo-os para o grego, isto é, importando-os e aculturando-os no espaço lingüístico, cultural e mental do helenismo. (JACOB, 2000, p. 47-49).

Percebemos então a força do império dos signos como peça-chave fundamental no processo de dominação cultural, política e econômica que perdurou por séculos de reinado ptolemaico confirmando, segundo Battles (2003, p. 36) “a intuição essencialmente alexandrina de que o conhecimento é um bem, uma mercadoria, uma forma de capital a ser adquirido e entesourado”. A Biblioteca de Alexandria representou assim o “protótipo das universidades da era moderna”.

As famosas bibliotecas de Alexandria, a antiga e a moderna, foram instituídas por projetos que as tornavam necessárias ao crescimento da cidade. Na antiguidade se visava à dominação e a manutenção das áreas conquistadas, sendo a biblioteca freqüentada por uma minoria de sábios e representantes da elite intelectual da época; na atualidade ela representa um novo espaço aberto ao público, buscando atrair grandes estudiosos e intelectuais para descobrir os mistérios da antiga biblioteca e cidade, como também para servir de centro de referência na área de tecnologia da informação e áreas afins. Todo este projeto está implicado na busca pela revitalização da área da cidade e seu prestígio como uma cidade de história milenar. Entretanto, o anseio pelo desenvolvimento informacional e tecnológico não esconde o projeto de ambição política: apesar de ser um centro aberto ao público, conforme dito acima, percebe-se que o seu objetivo vai além; a Biblioteca Alexandrina é também um instrumento de dominação política e econômica planejado pelo presidente Mubarak.

A comparação entre as duas bibliotecas permite que elas sejam vislumbradas como importantes centros de saber que valorizaram a questão da memória como suporte à formação dos seus acervos. A antiga biblioteca reuniu obras que

representavam a história da humanidade, assim como dos tratados de matemática, astronomia, de clássicos literários, pretendendo a junção num só lugar de toda a memória do mundo. Na atual foi criada uma área específica que abriga a mais importante coleção da Biblioteca Alexandrina, justamente voltada para a história da civilização greco-romana.

Percebe-se que as duas bibliotecas valorizaram em seus acervos a preservação da memória escrita por seus antepassados, talvez com o intuito de manter viva a história, mas principalmente a força que o império do saber e dos signos detêm nas relações de poder político e econômico que envolvem as sociedades e os seus governantes.

Para Jacob (2000) os soberanos que ocuparam o império dividido após a morte de Alexandre Magno souberam a importância da construção e manutenção do valioso acervo da biblioteca como forma de afirmação da primazia da língua e cultura gregas, pois construíram uma memória e raízes artificiais que visavam a compensação da marginalidade geográfica pela centralidade simbólica. Tal primazia era fomentada pela tentativa de se apropriar de todos os registros e escritos por todos os povos, de todas as línguas e lugares, traduzindo-os para o grego, ou seja, usando as traduções como forma de aculturação, permitindo assim o domínio lingüístico, cultural, político e econômico.

Ao relembrar o projeto de montagem do acervo da Biblioteca Alexandrina, encontra-se o pedido inicial feito pelo governo egípcio aos países de todo o mundo para que enviassem obras que os representassem. Isto faz lembrar a formação da antiga biblioteca, uma vez que também nesta foi pedido aos governantes de outros lugares o envio de obras de gêneros variados para que fossem representados na Biblioteca de Alexandria. Ora, essas bibliotecas encontram-se interligadas pelas memórias de suas formações, pelas suas histórias, assim como pelos projetos políticos que as nortearam, apesar da distância de séculos que as separam e das diferenças que as envolvem. No entanto, a importância e o investimento realizado em ambas demonstram o quanto a memória escrita pode servir como instrumento de poder, interferindo de forma contundente nas questões que permeiam as rivalidades políticas e econômicas de governantes, sejam eles do mundo antigo ou do mundo moderno.

## 4 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que as conquistas de Alexandre Magno, que se estenderam ao Oriente e a Ásia como representação de seu sonho de construir um império universal, formaram muitas cidades nesse vasto território onde a principal e mais bela foi Alexandria, tendo sido construída com o objetivo de centro político, de saber, de memória e de cultura para expansão da cultura grega idealizada por Alexandre.

Após sua morte, seus sucessores deram prosseguimento aos seus ideais de conquista e domínio universal, construindo um grande centro de saber que abrigava biblioteca e museu como pólos de atração de grandes estudiosos, filósofos, matemáticos, astrônomos e outros. A reunião de intelectuais e rolos de papiros e códices foi parte de um grandioso projeto de conquista e domínio político e cultural baseado na compra (cópia, tradução, reelaboração e até mesmo roubo dessas obras que formaram um acervo de aproximadamente quinhentos mil rolos), na manutenção da administração nas cidades conquistadas, nos casamentos mistos, que visavam civilizar os povos conquistados e disseminar a cultura grega.

Várias catástrofes marcaram os quase nove séculos de domínio greco-romano, sendo o incêndio comandado por César em 48 a.C. um dos mais importantes, pois se acredita que milhares de rolos tenham se perdido, embora não tenhamos um número exato. Contudo, apesar das catástrofes sofridas e das sucessivas guerras por domínio, o reinado ptolemaico iniciado por Alexandre Magno durou mais de três séculos e terminou com o reinado de Cleópatra VII que se suicidou em 30 a.C. Mesmo após o fim do domínio ptolemaico, Alexandria continuou como centro de saber até sua destruição em 391 d.C. e finalmente perdeu sua importância com a invasão dos árabes em 642 d.C.

Pode-se dizer que a nova Biblioteca Alexandrina vem retomar o ideal de um grande centro de saber e cultura, atraindo renomados pesquisadores de todo o mundo para que unam seus esforços em prol do resgate da memória e sabedoria dos alexandrinos deixados ao longo de séculos de história, como também os fatores que influenciaram tanto a criação como a manutenção da antiga biblioteca.

O projeto do novo centro de saber pretende ser uma referência na área de tecnologia da informação e assuntos correlatos, tendo como base filosófica o resgate da antiga glória egípcia e sua contribuição para a civilização moderna,

usando para tanto os variados meios de publicações, inclusive as eletrônicas, e modernas tecnologias de acesso à informações armazenadas.

Visando perseguir esses objetivos apresentados pelo governo egípcio, a construção desse grandioso projeto que inclui várias bibliotecas, centros de conferência, museus, galerias de exposição, institutos de pesquisa e planetário, numa área de oitenta e cinco mil metros quadrados, foi realizada por arquitetos que planejaram espaços bem amplos com uso de luz natural como forma de apresentar o conceito negativo-positivo representando a complexidade das informações armazenadas na biblioteca e as diversas possibilidades de atividades que dinamizem a vida da mesma.

Considerou-se também as necessidades informacionais dos diferentes públicos a que se destina a biblioteca, desde crianças à pesquisadores pós-graduados, no sentido de oferecer espaços amplos nos quais o usuário se sinta parte do todo, como se estivesse na antiga biblioteca ao mesmo tempo em que dispõe de modernas tecnologias de acesso à informação. Pretende-se ainda um espaço onde o público possa se inspirar pela monumentalidade arquitetônica e acervo histórico, de forma que absorva, analise, repense e construa novas informações e conhecimentos que possam auxiliar o avanço da sociedade, como também resgatar a memória dos antepassados que deixaram vestígios e marcaram a história de uma civilização.

Em suma, o acesso livre a esse grande complexo cultural propicia a busca de saberes registrados, tanto antigos como recentes, incentivando o hábito das práticas de leitura como base para o desenvolvimento da comunidade, assim como a importância da preservação da memória escrita e de bibliotecas para a sociedade moderna.

Pode-se dizer que a construção tanto da antiga biblioteca quanto da nova, em Alexandria, pressupõe um projeto de dominação política. Os dois projetos se cruzam apesar dos séculos que os separam, respeitando as diferentes sociedades envolvidas, culturas, língua, religiões e governos. Percebe-se que ambos visavam a revitalização da cidade alexandrina e seu desenvolvimento como centro de saber, de política, de cultura e de economia.

Contudo, é importante marcar também as diferenças entre os dois projetos. Enquanto Alexandre Magno sonhava com o império universal, conquistando e dominando vastos territórios e povos tão distintos, através de táticas como a política

de manutenção da administração, da difusão da cultura grega por meio de casamentos mistos e da construção de bibliotecas nas cidades conquistadas, o atual governo egípcio utiliza um plano político que tem como estratégia a valorização do passado com a intenção de perpetuar-se no poder, mostrando ao mundo que o Egito se destaca e se distingue dos demais países que compõem o mundo árabe. Diferentemente de outros países que preferem fechar-se em sua cultura, marcando sua distinção com o Ocidente, o Egito pretende uma maior participação na sociedade global e o desenvolvimento do país através do conhecimento gerado neste novo centro de saber, no qual estariam selecionadas as informações mais relevantes do mundo.

Outro ponto primordial é o uso político da diplomacia pelo presidente Hosni, pois ao atuar como mediador em questões de conflitos externos, pretende dar maior visibilidade ao país perante o Ocidente e o Oriente Médio.

Em suma, considera-se que os projetos de ambas as bibliotecas estão envoltos em relações de força e poder que incluem o uso da memória com propósitos eminentemente políticos. Se na antiguidade existia o sonho de uma memória plena, expressa na biblioteca universal, na atualidade se pretende criar um centro de saber capaz de rivalizar com as mais importantes bibliotecas, em termos de saber e poder. Em resumo, os projetos indicam quanto o império do saber e dos signos é uma força motriz das sociedades do mundo antigo e do mundo moderno.

Por fim, é essencial apresentar as dificuldades encontradas ao longo deste trabalho, pois existem poucos vestígios da antiga biblioteca, assim como relatos escritos sobre sua longa história. Há ainda muitas dúvidas relacionadas ao local onde provavelmente existiu, ao total das obras que dispunha e as verdadeiras razões pelas quais foi construída e mantida por tanto tempo, visto que passou por várias catástrofes que destruíram tanto o templo que a abrigava como o acervo formado ao longo de séculos.

A despeito destas incertezas, pretendeu-se trabalhar com os vestígios que até hoje fascinam os estudiosos da área, chamando a atenção para a sua face política. Ao buscar investigar o passado e compará-lo ao presente, o que se pretende é a possibilidade de um olhar mais crítico, no campo da biblioteconomia e da memória social, em relação à nossa atualidade e ao trabalho que hoje desenvolvemos.

## REFERÊNCIAS:

AGAMBEM, Giorgio. Entrevista ao Caderno Mais! *Folha de São Paulo*. 18 maio 2005.

ALEXANDRIA Project. [S.l., 2001?]. Disponível em:  
<<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

APPOLONI, Carlos Roberto. Coluna Ciência e Tecnologia. Disponível em:  
<<http://www.fisica.uel.br/c&t/2002202.html>>. Acesso em: 18 out. 2008.

ARCHITECTURAL Design. [S.l., 2002?]. Disponível em:  
<<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 8 dez. 2003.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.

BARELLA, José Eduardo. A nova biblioteca de Alexandria: obra faraônica revive um dos orgulhos do Egito antigo. *Veja*, Rio de Janeiro, ed. 1740, 27 fev. 2002. Xerocópia.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 238 p.

BBC. *Country profile: Egypt*. Disponível em:  
<[http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/country\\_profiles/737642.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/737642.stm)>. Acesso em: 06 nov. 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A biblioteca pública: administração, organização e serviços*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1995. 121 p.

\_\_\_\_\_. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000. 160 p.

THE BIBLIOTHECA Alexandrina. [S.l., 2002?]. Disponível em:  
<<http://www.bibalex.org>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Como ordenar as idéias*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003. 59 p.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2003.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 241 p.

CABRAL, Rosimere Mendes. *As Bibliotecas de Alexandria: projetos políticos no mundo antigo e no mundo moderno*. 2004. 61 f. Trabalho de conclusão de curso

(Graduação)-Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999. 159 p.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, cristianismo, helenismo: ensaios sobre interações culturais no mediterrâneo antigo*. Rio de Janeiro: Ottoni, 2003. 138 p.

CRUZ, Anamaria da Costa; PEROTA, Maria Luiza Loures Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. *Elaboração de referências: NBR 6023/2002*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 89 p.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: NBR 14724/2002*. Maringá: Dental Press, 2002. 109 p.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988. 179 p.

FLOWER, Derek. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade*. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 72, p. 197-230, ago. 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e sobrevivência: políticas de formação profissional e gestão tripartite. Bologne: Università di Bologna, junho de 1995. Relatório Preliminar.

\_\_\_\_\_. *Estudos comparados e educação na América Latina*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Disponível em:  
<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/glossario/ev\\_gl\\_estadositio.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_estadositio.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2008.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar nas Ciências Sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GOVERNO egípcio reconstrói a Biblioteca de Alexandria. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 55, n. 1, jan./mar. 2003. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100015&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 out. 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 102 p.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

LAXE, Celi Cortines; ANDRADE, Vânia Coutinho Gomes (Orgs.). *Guia para elaborar e estruturar trabalhos monográficos de conclusão de curso*. 2. ed. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, 2007. 115 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.

LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e barbáries: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.

\_\_\_\_\_. *O mundo helenístico*. Tradução Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, 1987. 248 p.

LIBRARY Services. [S.l., 2002?]. Disponível em: <http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

M'BOW, Amadou-Mahtar. *In support of the revival of the Library of Alexandria*. Paris, [1987?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Tradução Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1991. 158 p.

NABIL, Amr. *A luz ressurgue das cinzas*. Disponível em:  
<[http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20021018/vid\\_mat\\_181002\\_171.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021018/vid_mat_181002_171.htm)>.  
Acesso em: 18 out. 2008.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In : \_\_\_\_\_ . *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.  
NEGRI, Toni; HARDT, Michael. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, *Projeto História* - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

ORLANDINI, Ricardo. Disponível em:  
<<http://www.ricardoorlandini.net/Content/DetalheConteudo2.asp?cntId=5410>>.  
Acesso em: 18 out. 2008.

PLUTARCO. Alexandre. In:\_\_\_\_\_. *Vidas*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, [198-?]. p. 138-199.

PRADO, Heloísa de Almeida. *Organização e administração de bibliotecas*. 2. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. 209 p.

RENAN, E. What is a nation?. In: BHABHA, H. (Org.). *Narrating the nation*. Londres: Routledge, 1990.

SNOHETTA. *Pictures*. [S.l., 2002?]. Disponível em:  
<[http://www.snoarc.no/default.asp?V\\_DOC\\_ID=716](http://www.snoarc.no/default.asp?V_DOC_ID=716)>. Acesso em: 29 fev. 2004.

THE ALEXANDRIA Project. [S.l., 2004?]. Disponível em:  
<<http://www.bibalex.org/fateseminar/AP.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

TOPICAL & chronological coverage. [S.l., 2002?]. Disponível em:  
<<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 out. 2003.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

UNESCO. *News*. [S.l., 2002?]. Disponível em:  
<[http://portal.unesco.org/ci/ev.php?URL\\_ID=13212&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201&reload=1078090447](http://portal.unesco.org/ci/ev.php?URL_ID=13212&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201&reload=1078090447)>. Acesso em: 29 fev. 2004.

WOOD, Paul. *BBC Brasil*. Disponível em:  
<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/021016\\_bibliotecafn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/021016_bibliotecafn.shtml)>. Acesso em: 18 out. 2008.

XAVIER, Luiz Gustavo Vidal. *Apresentação do Estado de Exceção no documentário brasileiro*: notícias de uma guerra particular. Disponível em:  
<[http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Xavier\\_2006.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Xavier_2006.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2008.

YÚDICE, Georges. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: UFMG, 2004.